

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

**O MODELO NORUEGUÊS DE INTEGRAÇÃO COM A UNIÃO
EUROPÉIA E O NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO
NÓRDICO**

João Pedro Cavaleiro dos Reis Velloso

No. Da Matrícula: 0910813

Rogério L. F. Werneck

Professor Orientador

Julho de 2013

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

**O MODELO NORUEGUÊS DE INTEGRAÇÃO COM A UNIÃO
EUROPÉIA E O NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO
NÓRDICO**

João Pedro Cavaleiro dos Reis Velloso

No. Da Matrícula: 0910813

Rogério L. F. Werneck

Professor Orientador

Julho de 2013

Declaro que o presente trabalho é de minha autoria e que não recorri para realizá-lo, a nenhuma forma de ajuda externa, exceto quando autorizado pelo professor tutor.

As opiniões expressas neste trabalho são de responsabilidade única e exclusiva do autor

Agradecimentos

Gostaria de agradecer, primeiramente, à minha família, João Paulo, Gloria e Ana Beatriz pelo esforço em todos esses anos, além do grande apoio ao longo de toda a faculdade. Queria fazer também um agradecimento especial à minha namorada, Catharina Verboonen, que me incentivou e apoiou em todos os momentos.

Não poderia esquecer os amigos beneditinos e os da PUC, que, seja na hora da aula, vésperas de prova ou fora da faculdade, foram essenciais pelos estudos e momentos que levarei comigo. Em especial, agradeço ao Marcos Costa Leite, Bernardo Pinheiro Costa, Ana Carolina Trindade, Derek Machado, Melina Bulcão, Eduardo Lima, Guilherme Cintra, entre outros.

Um último agradecimento, também, aos professores Rogério Werneck, meu orientador não apenas nesta monografia, mas também ao longo dos anos do PET, Luiz Roberto Cunha, José Márcio Camargo e Mariana Albuquerque.

Sumário:

Introdução	7
Quem são os países Nórdicos	7
A Integração Nórdica	8
Uma possível solução	9
Objetivos do Estudo	10
Organização do Estudo	10
Apresentação Histórica	12
União de Kalmar	12
Independências e transferências de poder	13
A União Monetária Escandinava	14
Nordic Council e a União Nórdica de Passaportes (1952)	14
Nordek	15
Em resumo	15
O Processo de Integração à União Européia	17
A crise do governo consensual e a juventude revolucionária	18
Reestabelecendo a ordem	19
EEA e a transição para o segundo referendo	20
O segundo referendo	22
Conclusão	23
O EEA Agreement	26
O petróleo e a Noruega	27
Government Pension Fund Global	28
Dados da indústria petrolífera e de gás da Noruega	30
O setor energético	30
Economia e política monetária	31
Políticas regionais de integração da União Européia	32
Meio-ambiente	34
Políticas empresariais	34
Defesa e segurança	35
Transportes	36
Comunicação	38

Competição	38
Pesca	39
Política Agrícola	40
Política Comercial	41
Políticas sociais e leis trabalhistas	42
Justiça e assuntos internos	44
Conclusão	45
O Novo Modelo Nórdico – Perspectivas	47
O novo welfare state	49
Imigração e desigualdade social	51
Empresas e inovação	52
Conclusão	55
Referências Bibliográficas	61

Índice de Anexos:

Anexo I	58
Anexo II	59
Anexo III	60

1. Introdução

Este estudo tem como objetivo entender o modelo de relacionamento entre a Noruega, os países Nórdicos e o processo de integração da União Européia, além do seu impacto nas políticas econômicas nacionais norueguesas. Para que isso seja possível, precisamos entender sobre quem estamos discutindo e por que escolhemos esses países.

Quem são os países Nórdicos.

Usualmente nos referimos aos Nórdicos como o conjunto de 5 (cinco) países: Noruega, Suécia, Finlândia, Dinamarca e Islândia¹. Nórdicos, em termos literais, se deve ao fato de esses países se localizarem geograficamente no Norte da Europa, mas tem, em si, muito mais valor do que apenas a posição geográfica. Existem Estados que se localizam tão ao norte quanto esses países, mas não se encaixam nessa nomenclatura. Por quê? Esse conjunto de países (localmente chamados de Norden, um conceito ainda mais específico que Nórdicos) tem laços culturais, políticos e econômicos muito fortes, que criam uma identidade Nórdica comum. Um norueguês é antes um Nórdico do que um Europeu, mesmo que os dois não sejam excludentes.

Historicamente, como veremos no primeiro capítulo deste estudo, a região na qual atualmente se localizam esses países, já sofreu diversos processos de dominação territorial. Esses processos foram capitaneados, principalmente, pelos impérios que se situavam na atual Dinamarca ou na atual Suécia, em diferentes períodos da história. Dessa forma, a primeira lição a ser tirada desses países é que, mesmo se vindo parte de uma sociedade Nórdica, esses países têm rivalidades entre si, geradas pelo medo histórico de conquistas e anexações territoriais.

Linguisticamente, podemos separar esses países em três grupos. Graças aos processos de dominação histórica, Dinamarca, Suécia e Noruega podem ser chamados de Escandinavos. Suas línguas são muito similares, podendo ser consideradas dialetos de uma mesma língua escandinava (não o são, porém, por questões de identidade nacional). O segundo grupo é composto apenas pela língua finlandesa, que se difere muito do ramo lingüístico Escandinavo, tendo maior correlação com as línguas Bálticas.

¹ regiões como Groenlândia, Ilhas Faroë e Ilhas Åland são regiões autônomas pertencentes a Dinamarca (duas primeiras) e Finlândia, respectivamente, mesmo que nem sempre semelhantes a elas em todas as dimensões.

Por último, a língua islandesa é proveniente das línguas Vikings, também muito diferente dos outros dois grupos lingüísticos.

Geograficamente, apesar de todos se localizarem ao norte Europeu, podemos dizer, logo no princípio, que a Islândia se encontra tão afastada do continente Europeu que só é considerada integrante dele por questões culturais. Se, por um lado, podemos chamar a Dinamarca de linguisticamente escandinava, geograficamente não podemos dizer o mesmo. Nesse quesito, apenas Suécia e Noruega se localizam na chamada Península Escandinava, enquanto a Dinamarca se localiza nas planícies Germânicas.

Culturalmente, podemos considerar “Escandinavos” Noruega, Suécia e Dinamarca e “Nórdicos”, todos os cinco países já citados.

Religiosamente, todos os cinco países tem grande maioria Protestante Luterana.

Politicamente, podemos separar os Nórdicos em dois grandes grupos. Novamente Suécia, Noruega e Dinamarca podem ser incluídos no grupo de países que apresentam um sistema de Monarquia Parlamentarista. Finlândia e Islândia, por sua vez, são Repúblicas Parlamentaristas. Comum aos cinco países é a utilização de um sistema unicameral, diferentemente do sistema bicameral de países como Inglaterra, França, Estados Unidos e Brasil.

Podemos concluir, desse breve resumo, que os países Nórdicos tem, sim, muitas características em comum, mas não podem ser considerados um conjunto homogêneo. Rivalidades regionais e diferenças lingüísticas podem gerar confusões, mas a identidade Nórdica é comum.

A Integração Nórdica.

Uma teoria de integração comumente usada no estudo dos países nórdicos é a Teoria da Teia de Aranha². Segundo ela, o processo de integração nórdica é composto por uma série de frágeis relações, que, quando observadas sob uma ótica geral, formam uma sólida e resistente integração.

Mas por que, se razoavelmente parecidos, esses países não são capazes de desenvolver relações de integração mais fortes individualmente? Podemos³ dizer que isso se dá por dois motivos principais: Primeiro, pelas rivalidades regionais que retardam um processo de integração por medo de dominação. Segundo, por conta da sua

² Andrén (1967)

³ Miles, L. (1996) *The European Union and the Nordic Countries*, London: Routledge

estrutura política que exige um estudo metódico de todos os projetos, o que também dificulta uma integração mais rápida. Assim, diversas ideias (por vezes muito ambiciosas) são criadas com o intuito de integrar, seja política ou economicamente, esses países, mas dificuldades citadas as emperram. Os processos são então, reavaliados e reestruturados. A integração se dá por Ação e Reação, onde as idéias vão, aos poucos, sendo modificadas (e por vezes enfraquecidas), o que soma mais um frágil e já modificado fio à resistente Teia de Aranha.

Nesse longo processo, grandes esforços foram feitos para tentar integrar institucionalmente esses países. Esforços de integração política, econômica e de segurança nacional falharam, mas abriram as portas para uma integração mais forte nos níveis micro da economia, como a cultura, comércio e intercâmbios acadêmicos.

Essa integração, como veremos com maiores detalhes no capítulo “Perspectiva Histórica Geral”, não foi sempre frustrada. Podemos tomar como um exemplo a união monetária Nórdica⁴ que vigorou de 1875 até próximo do início da primeira guerra mundial, que sugere que, mesmo com as dificuldades citadas, já havia um processo integracionista se desenvolvendo desde meados do século XIX.

Uma Possível Solução

Os países Nórdicos foram, por anos, ricos coadjuvantes do processo europeu, conhecidos como os Europeus Relutantes. Muitas vezes fora das notícias da mídia, esses países se desenvolveram nacional e regionalmente em um processo paralelo ao Europeu. Esse processo, ainda que não excludente, permitiu o desenvolvimento de uma cultura e sociedade particular, a identidade Norden.

Contudo, o fato de terem sido coadjuvantes de um processo integracionista capitaneado principalmente por França e Alemanha não significa que a exportação de cultura, política e economia se dá em apenas um sentido. Usualmente, retrata-se o processo de integração da Europa como um modelo ao qual os nórdicos se espelham e se adaptam. Mas isso também não é sempre verdade. Não é apenas o modelo nórdico de social democracia que é exportado para a Europa. A igualdade social, estabilidade fiscal e confiança nas instituições são princípios que a União Européia tenta copiar para se desenvolver.

⁴ Composta inicialmente por Suécia e Dinamarca (1873) e, posteriormente, também pela Noruega (1875).

Países social e economicamente muito desenvolvidos, os Nórdicos também foram afetados, nos últimos anos, pela crise do Euro, independentemente de sua condição perante a União Européia.

A Noruega, mais particularmente, passou por um processo diferente dos outros países Nórdicos. Grande produtora de petróleo, conseguiu estabelecer uma relação muito mais adaptada aos seus interesses do que a padronizada adesão usual.

Chegamos a um momento nunca antes imaginado, onde alguns países pensam em sair da União, e não entrar nela. Ao serem formadas as bases da União Européia, não foi pensado na possibilidade de saída de algum país do bloco. Mas os países que começam, agora, a pensar em uma saída do bloco não o fazem por medo das consequências. Não apenas isso, ainda não há consenso sobre qual seria, se não mais a adesão, a melhor forma de integração política e econômica com o bloco.

Objetivos do Estudo

Desse modo, buscaremos, com esse estudo, entender a forma como a Noruega desenvolveu e estruturou o seu modelo tão particular de integração com a União Européia. Não apenas observar o processo, mas também avaliar como foram estruturadas as principais políticas do acordo.

Além disso, pretendemos analisar a forma com que os países Nórdicos poderão contribuir para os novos modelos de desenvolvimento futuro, com uma forma novamente modernizadora de fazer economia.

Assim, pretendemos abordar as duas contribuições que a Europa deve saber tirar, para sua sobrevivência futura, desses pequenos países: Uma possível alternativa para modelo de integração atual e um novo modelo de desenvolvimento.

Organização do Estudo.

O estudo será organizado de forma cronológica e temática.

O capítulo 1 nos dará a perspectiva histórica comum de desenvolvimento da política, cultura e economia dos países Nórdicos. Esse capítulo será imprescindível para compreendermos as questões nacionais que servirão de base para os eventos dos capítulos posteriores.

Ao fim da apresentação comum, o capítulo 2 apresentará o estudo individual da Noruega. Para isso, identificaremos o modo como se desenvolveu, ainda historicamente, o seu processo de integração com a União Européia.

O capítulo 3 analisará a forma como foram estruturados os principais temas do modelo de integração do Espaço Económico Europeu, onde se insere, mais especificamente, a Noruega. Nessa parte do estudo, iremos observar as particularidades estruturais do modelo de integração norueguês com a UE, além de estudar um dos temas mais importantes para o entendimento das conseqüências do presente trabalho, o petróleo.

O último capítulo antes da conclusão do trabalho abordará o Novo Modelo Nórdico de desenvolvimento e as perspectivas futuras da relação entre esses países e a União Européia.

O estudo se encerrará, então, com a conclusão final.

2. Apresentação Histórica

A história nórdica não apresenta muitos relatos comprovados até meados do Século VIII. Nessa época, a invasão nórdica às ilhas inglesas marcou o início da chamada “Era Viking”, aproximadamente no ano de 789. Nesse período, os historiadores já conseguem diferenciar a presença de três grupos que, posteriormente dariam origem ao que hoje conhecemos como noruegueses, dinamarqueses e suecos, mas apenas os Dinamarqueses já possuíam um Reinado estabelecido.

Durante a Era Viking, os Dinamarqueses invadiram o leste da Inglaterra e o norte da França, se expandindo rapidamente e pilhando diversas cidades. Os noruegueses tomaram Dublin e foram os primeiros homens a pisar, e se estabelecer, na Islândia. Enquanto isso, os suecos já dominavam algumas cidades russas. Em relação à tecnologia, os povos nórdicos eram exímios navegadores, possuindo frotas de centenas de navios capazes de alcançar a Islândia e norte da África.

Por volta de 930, os Islandeses já possuíam forma própria de governo e os noruegueses se uniam em torno de um único Rei pela primeira vez. Por volta do ano 1028, os suecos também já haviam se unido em torno de um Rei, mas, pela primeira vez, os noruegueses caíram perante o Reino da Dinamarca, dando início a um período de dominação dinamarquesa.

Após uma série de guerras e invasões à territórios como a atual Inglaterra, França, Estônia, Letônia, Finlândia e suas posteriores perdas em batalhas, foi estabelecido em 1397 o Tratado de Kalmar, que unia, sob um monarca, todos os três reinos nórdicos de Noruega, Dinamarca e Suécia (que incluía grande parte da atual Finlândia).

União de Kalmar.

A União de Kalmar foi alcançada após uma série de disputas pelos tronos das três coroas nórdicas. A união das coroas dinamarquesa e norueguesa foi alcançada por casamento, enquanto a Sueca foi alcançada por aliança com a nobreza opositora e guerras internas. No ano de 1397, sob um único monarca, teve início, então, a União de Kalmar.

Segundo o Tratado de Kalmar, assinado em 17 de Junho de 1397, os três reinados estariam, a partir daquele dia, unidos “eternamente” sob um único Rei, a ser escolhido pelos sucessores do Rei anterior. Cada país seria governado separadamente

por meio de conselhos nacionais e de acordo com suas respectivas leis. Não haveria, portanto, uma unificação das leis, apenas um governo único que respeitava as particularidades de cada reinado individualmente. Caberia ao rei, contudo, decidir sobre os aspectos da política externa desses países.

A Coroa passou pelas mãos de noruegueses e dinamarqueses, sendo os últimos os mais frequentes. Historicamente, os suecos eram o povo menos satisfeito com a União, mesmo por que ela havia sido estabelecida após a derrota de um rei sueco, o que leva a crer que ainda tivesse aliados vivos. Com as frequentes guerras dinamarquesas na região da Pomerânia, os suecos começaram a temer pela instabilidade política na região, o que prejudicaria suas exportações de ferro para o continente Europeu. Com isso, a nobreza sueca se levantou em um movimento de tentativa de tomada da coroa da União, algo que se estendeu por mais de 70 anos.

Independências e transferências de poder

No dia 6 de junho de 1523, o Rei Gustav Vasa declarou a Suécia independente (e junto com ela, a Finlândia, que não possuía rei, sendo apenas um território), pondo um fim à participação sueca na União de Kalmar, que durou 126 anos. Esse dia é, até hoje, considerado o dia Nacional da Suécia.

Após muitos anos sob a Coroa Sueca, a Finlândia começou a se desenvolver como nação, ganhando língua própria (desenvolvida a partir do contato com russos e povos dos atuais países bálticos) e economia mais desenvolvida e baseada em produtos agrícolas.

Em 1536, a Dinamarca unilateralmente declarou a Noruega uma província, dominação que duraria até 1814, quando a Dinamarca passou o controle da Noruega para a Suécia. Após uma guerra civil, a Noruega ganhou independência prática, mas ainda subordinada à Coroa Sueca.

No ano de 1809, após a chamada Guerra Finlandesa, a Finlândia passou a ser controlada pelos russos, se tornando um Grão-Ducado.

No ano de 1905, após desentendimentos políticos, um plebiscito teve lugar na Noruega e estabeleceu a sua independência da Suécia, aceita pelas duas partes. O resultado da votação foi definitivo, 99,95% dos votos a favor da separação das duas coroas (apenas 85% dos homens noruegueses eram aptos a votar). A Noruega voltava a ser independente após mais de 500 anos.

Com Revolução Russa de 1917, Lênin deu permissão para a independência da Finlândia, que caiu novamente em guerra e terminou sob dominação Alemã. A independência finlandesa só veio, de fato, com o fim da Primeira Guerra Mundial.

A União Monetária Escandinava

Ao longo do século XIX, intelectuais e estudantes lutaram pacífica e ativamente pela volta da União de Kalmar, algo que nunca voltou a ocorrer de fato. Porém, mesmo sem alcançar o objetivo maior, foi alcançada a União Monetária Nórdica, no ano de 1873. Nessa união, Dinamarca, Suécia e Noruega (a Finlândia permanecia como um território russo) concordaram em, em um primeiro momento, manter paridade fixa em relação ao ouro e as duas outras respectivas moedas. Passado algum tempo, os três países adotaram uma única moeda, chamada Krona. 1 Riksdaler sueca equivalia a $\frac{1}{2}$ Rigsdaler dinamarquesa ou $\frac{1}{4}$ Speciedaler norueguesa. Agora, cada país tinha sua Krona e eram respeitadas as paridades. Mesmo assim, cada país imprimia sua própria moeda, mas eram aceitas livremente em todos os territórios à paridade fixa. A União Monetária Escandinava durou até o ano de 1914, quando a Suécia abandonou a paridade ao ouro e, com isso, chegou ao fim a livre circulação e aceitação das moedas. Até hoje, os três países utilizam suas respectivas kronas, mas agora sem a paridade que as criou.

Nordic Council e a União Nórdica de Passaportes (1952)

Durante a Segunda Guerra Mundial, Noruega e Dinamarca foram domindas pelos alemães, enquanto a Finlândia sofreu com a guerra contra a União Soviética. A Suécia se manteve neutra durante o conflito.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e o reestabelecimento das soberanias de cada um dos países, os países Nórdicos tentaram estabelecer uma União de Defesa Escandinava (não incluindo a Finlândia, pois essa tinha um tratado com a União Soviética). O objetivo dessa União seria garantir a neutralidade de todos os países Escandinavos (incluindo também a Islândia), o que impediria que qualquer um deles se unisse à OTAN ou qualquer outra organização militar. A União tinha como objetivo proteger os países em caso de algum conflito futuro. A pressão dos Estados Unidos, argumentando que não defenderia os países em caso de guerra, fez com que Dinamarca, Noruega e Islândia aderissem à OTAN, o que levou ao fim das conversas sobre a União

(a opção desses países pela entrada na OTAN pode ser explicada pelo medo da invasão alemã recente, enquanto a Suécia, que se manteve soberana durante a guerra, conseguiu manter sua neutralidade pós-Guerra.).

Com o fim das conversas sobre a União de Defesa, os quatro países nórdicos (ainda sem a Finlândia, que veio a aderir em 1955) se uniram em uma organização intergovernamental chamada “Conselho Nórdico”, que teria apenas um caráter consultivo. Desse conselho, surgiram políticas de integração nos níveis mais baixos da economia (como vimos na Teoria da Teia de Aranha de Andrén) e uma política extremamente relevante, conhecida como União Nórdica de Passaportes. Essa União permitia a livre circulação de pessoas tanto para fins de turismo quando de trabalho entre os países Nórdicos.

Nordek (1968)

No ano de 1968, o Primeiro Ministro Dinamarquês Hans Hedtoft propôs a criação da Nordek, uma zona de cooperação econômica fortemente integrada. Como grande parte dos projetos Nórdicos, problemas internos da burocracia de cada um dos países acabaram por retardar o processo. A Finlândia não aderiu por afirmar que seus laços com a União Soviética impediam uma aliança econômica com países em processo de adesão à Comunidade Econômica Européia (caso de Noruega e Dinamarca, como veremos nos próximos capítulos.). Com isso, mais um projeto Nórdico não teve futuro, e a Nordek acabou sendo abandonada.

Em resumo

Concluimos, por esse breve resumo da formação política, cultural e econômica Nórdica, que os longos processos de dominação Nórdicos, somados aos seus sistemas políticos, conferem um caráter único à esses países. Originários de um mesmo processo, os países Nórdicos acabaram por ser levados por caminhos parecidos ao longo de sua história, tendo muitos aspectos em comum. A Finlândia, particularmente diferente se comparada aos outros países vizinhos, apresentou formação nacional e econômica mais tardia, além de possuir uma aproximação cultural mais voltada para sua fronteira Oriental. A União de Kalmar, por sua vez, acabou resultando em um longo período de

dominação dinamarquesa sobre a Noruega, algo que explica, em parte, o receio norueguês de se submeter novamente à uma união.

Dessa forma, se tivermos em mente o processo de geração de cada uma das identidades desses países, conseguiremos compreender, em grande parte, os diferentes rumos tomados por cada um deles em seu relacionamento com o Processo Europeu.

3. O Processo de Integração à União Européia

Nei Til EU (Não à União Européia)

Para entender os processos de entrada da Noruega na Comunidade Européia, precisamos, antes de tudo, entender o seu posicionamento geopolítico na região. Pos Segunda Guerra Mundial, a Noruega se inclinou para um relacionamento mais estreito com os Estados Unidos e o Reino Unido por intermédio da OTAN. Com isso, tomava uma atitude não-neutra, se posicionando de forma clara quanto a seus aliados.

A Noruega também se uniu ao EFTA e conseguiu manter equilibrados seus interesses intra-nórdicos de cooperação, não se afastando demais de seus vizinhos.

Nessa época, apos um período de fortes criticas à Comunidade Européia, o Reino Unido mudou seu discurso e decidiu pleitear uma vaga, sendo essa rejeitada pelo então presidente francês Charles de Gaulle. Seguindo a liderança dos ingleses, a Noruega aplicou pela primeira vez no ano de 1962. A Aplicação, contudo, não gerou grande debate na sociedade norueguesa, uma vez que o governo não conseguia defender de forma consistente a mudança tão rápida de posição frente ao bloco. Com isso, a proposta não se desenvolveu e a Noruega desistiu por hora.

Na aplicação de 1967, o Reino Unido já havia conseguido entrar no bloco, mas a ideia de se tornar um membro ainda não era bem compreendida pela sociedade norueguesa. Além disso, a Dinamarca introduziu a proposta da Nordek, um plano de integração econômica Nórdica, o que agradou a Noruega e esfriou a vontade de entrar na CE. Dessa forma, a segunda tentativa de aplicação também não se converteu em debate, sendo abandonada novamente pelo governo.

Como dito anteriormente, o alinhamento político com as potências ocidentais (especialmente Estados Unidos e Reino Unido) eram de grande importância para a política externa norueguesa. A mudança de atitude do Reino Unido em relação à CE tornava interessante à Noruega a sua entrada, de forma a se manter protegida por suas relações de segurança. O grande medo popular, ainda resquício da histórica dominação Dinamarquesa e Sueca, era de que o caráter supranacional europeu acabasse por se transformar em dominação.

Na terceira tentativa, no período de 1970 a 1972, o debate ganhou mais força e chegou-se a necessidade de um referendo. Constitucionalmente, esse referendo não era necessário, mas o debate tomou as ruas com tal ímpeto que apenas se tornaria legítimo com a consulta popular.

A crise do governo consensual e a juventude revolucionária (trauma de 72)

Para entender o cenário do primeiro referendo (1972), é preciso entender duas coisas: o modelo de governo norueguês e o momento que a sociedade europeia como um todo estava passando.

O modelo norueguês, como já citado (e isso é razoavelmente comum entre os países nórdicos) é um modelo onde as políticas de relações exteriores e grandes assuntos econômicos, principalmente relacionados ao exterior, são assuntos do governo, tratados com muita ponderação e naturalidade. Assim, usualmente, o governo tomava as decisões de forma autônoma, e essas eram vistas como um consenso da sociedade norueguesa, onde oposição e situação não costumam tomar posições muito divergentes (isso se deve, principalmente, ao fato de ser uma sociedade bastante homogênea).

O momento da sociedade europeia é entre o final da década de 60 e início da década de 70, ou seja, período de contestação política principalmente por parte dos jovens.

Somando essas duas faces do momento vivido na Noruega, chegamos a um cenário onde a sociedade começou a se sentir obrigada pelo governo a aceitar a integração à Europa.

Foi dado ao povo, então, a possibilidade de escolher uma entre duas opções: o “sim” significaria a entrada na Comunidade Europeia. O “não”, por outro lado, não apenas significaria a não entrada, mas também a negociação de um tratado de livre comércio com a CE. Dessa forma, o primeiro debate acabou se tornando uma decisão entre entrada total na CE ou apenas o estabelecimento de um acordo de livre comércio com o bloco.

O espírito revolucionário da juventude da época, somado ao claro posicionamento do governo em favor do “sim” (dizendo inclusive que renunciaria caso o “não” fosse vencedor) deram início à um processo de intensos debates políticos. Nesse cenário de revolta do povo contra o governo que estava no poder e contra a própria instituição no seu modelo que impunha a vontade como um consenso popular, o

povo optou pelo “não”, com 53,5%⁵ dos votos. Ou seja, uma decisão marginal, evidenciando a extrema polarização do debate⁶.

Para entender melhor a visão da sociedade norueguesa, nos utilizaremos de um trecho retirado do livro “The European Community and the Nordic Countries, de *Lee Miles*:

“ Because the Community was, and still appears to be, a rather remote and unknown creature to ordinary people the question of what attitude to take as regarding membership became a matter of belief, exposed to manipulation by both sides. As often is the case, it proved easier to argue for the well-known and tangible than for the less known and remote”

O “não” teve severas conseqüências para a sociedade e política da Noruega, passando tanto pela rejeição ao partido do governo quanto ao próprio governo enquanto instituição. O golpe estrutural foi tão forte que o assunto virou tabu nacional.

Bratteli renunciou e Kovald assumiu o governo e o dever de negociar um tratado de livre comércio com a Comunidade Européia.

Reestabelecendo a ordem

O novo governo agora teria dois principais objetivos, um interno e um externo. O primeiro seria de fato reestabelecer a ordem e confiança política no sistema. O segundo seria reestabelecer a confiança externa de que, mesmo após a derrota do governo, a estabilidade das políticas externas e de segurança permaneceria intocada.

Para isso, o governo e a oposição, dispostos a reestabelecer a calma interna e externa, fizeram questão de reafirmar o seu alinhamento incondicional com a OTAN e os Estados Unidos.

O estabelecimento da Zona de Livre Comércio com a CE não foi, de forma alguma, problemática, sendo comandada principalmente por liberais. Aos poucos, por meio de uma estabilidade criada sobre as bases do tabu da Comunidade Européia, a Noruega voltou à normalidade. Com crescimento satisfatório graças ao petróleo e gás e

⁵ Fonte: MILES, Lee. *The European Union and The Nordic Countries*. Londres: Routledge, 1996.

⁶ Vide anexo II

uma relação Leste-Oeste se encaminhando para uma normalização, a vontade do governo de pleitear novamente a vaga permaneceria por muitos anos completamente muda.

O que não foi percebido pela sociedade, mas que teve importante papel futuro no reestabelecimento do debate europeu foi o desenvolvimento prático de relações multilaterais entre a Noruega e os países europeus. Assim, como já citado na introdução, muitos projetos são dificultados pelos processos políticos nórdicos, mas esses acabam por permitir uma integração maior nos níveis mais baixos da economia, tornando a convivência cotidiana mais natural.

Aos poucos, as políticas econômicas da EFTA foram se adaptando às políticas econômicas Européias e, a partir de 1973, conversas entre os dois blocos geraram uma zona de livre comércio CE-EFTA, completada em 1983. A partir de 1984, com a Declaração de Luxemburgo, a integração entre os dois blocos tomou um rumo sem volta. O objetivo passou a ser o de criar um espaço econômico muito integrado e dinâmico, que viria, posteriormente, a ser chamado de EEA (European Economic Area), o que uniu as políticas da Comunidade e da EFTA, agora de forma indissociável. Esse processo foi uma forma de associar a Noruega (e os outros países pertencentes ao EFTA) ao processo europeu capitaneado pela Comunidade Européia, sem que isso necessariamente passasse pela adesão, como veremos em maiores detalhes no próximo capítulo. Foi graças a esse desenho político que essa maior integração não sofreu grandes críticas internamente.

EEA e a transição para o Segundo Referendo

Agora, ainda freado pelo tabu do referendo de 1972, o governo argumentava que apenas um aprofundamento das relações da Noruega com a recém formada EEA poderia dar maior base econômica e política para fundamentar os argumentos contra ou a favor de uma adesão completa. Apenas uma maior relação com a Europa poderia deixar claros os interesses e a forma como a CE poderia ser benéfica aos interesses nacionais.

Mas por que a aproximação com a EEA parecia segura para a população e para a oposição, enquanto a associação à Comunidade Européia parecia uma ameaça à soberania nacional? Isso acontece pois todas as decisões tomadas pela Noruega em conjunto com os outros países do EFTA passavam por um rigoroso processo de

adaptação. Os países do EFTA, assim como a Noruega, tinham interesse na neutralidade política e de segurança nacional. Dessa forma, a maior parte das políticas aprovadas pelo EFTA eram largamente aceitas internamente. Uma aproximação em relação à Comunidade por intermédio da EFTA dava uma segurança política à população, a segurança de que os outros membros do EFTA também não aceitariam algo que ferisse suas respectivas soberanias. A associação à EEA não implicaria uma ameaça às políticas econômicas, sociais e de segurança dos países-membros, não gerando, dessa forma, grandes polêmicas internas.

Mesmo assim, a divisão sobre o assunto ainda era grande entre os partidos. As negociações sobre os termos da EEA deveriam ser conduzidas com muita cautela, de modo a agradar aqueles pró e contra EEA, mesmo que ninguém se assumisse, abertamente, pró-adesão à Comunidade.

Porém, com o tempo, o processo de adesão à EEA passou a enfrentar muitos questionamentos internos na Noruega. Os principais eram sobre a disputa entre as políticas legais do EFTA, baseados em uma estrutura inter-governamental, e as políticas legais da CE, baseados em uma estrutura supra-nacional. O desfecho pode ser considerado uma derrota para os anti-UE⁷, pois em 1993 entrou em vigor o texto do acordo, que acabou por se mostrar mais como uma subordinação do EFTA à UE do que uma equiparação de direitos entre os dois grupos.

O modo como as negociações terminaram representam uma perda de credibilidade para o governo, que desde o início das negociações se posicionou para a população a favor de uma abordagem mais conservadora. A entrada de Suécia e Áustria com pedidos de adesão à União Européia e a declaração de Suíça e Finlândia de que pretendiam fazê-lo acabaram por pressionar ainda mais o governo norueguês e aumentar as dúvidas sobre suas reais intenções com o acordo da EEA.

Mesmo com dificuldades, o acordo foi ratificado pelo Storting (congresso norueguês) e, um mês depois, o Partido Trabalhista (partido no poder) deu início a um quarto processo de adesão. Esse processo também foi aprovado pelo Storting, com a condição de que as negociações fossem conduzidas paralelamente a dos outros países nórdicos e que, antes da aprovação final, passasse novamente por um referendo popular. Em Novembro de 1992, o governo deu entrada oficialmente no pedido de adesão, dando início à quarta tentativa norueguesa de associação à União Européia.

⁷ Vale lembrar que o Tratado de Maastricht, que mudou o nome de Comunidade Européia para União Européia foi assinado em 1993.

O Segundo Referendo

O segundo referendo não apresentou grandes surpresas. Com membros divididos em todos os partidos e setores da sociedade, os debates mantiveram, no geral, os mesmos argumentos do referendo anterior. De um lado, o medo da dominação e da invasão econômica dos produtos europeus pedia o “não”. Do outro, defensores de uma economia mais aberta à pessoas e mercadorias, o que permitiria um maior crescimento, clamavam pelo “sim”. Não apenas uma economia aberta, algo que a EEA já previa em certa escala, os defensores do sim argumentavam que a adesão à UE permitiria, ao menos, uma influência maior sobre o processo de legislação das políticas as quais, agora, a Noruega estava subordinada por meio do “*EEA Agreement*”. O acordo do EEA, contudo, ainda era capaz de proteger alguns setores da economia da competição europeia. Fica, dessa forma, extremamente compreensível a posição das pequenas empresas, pescadores e agricultores das regiões mais afastadas da capital em favor do “não” pelo medo de que sua improdutividade pusesse fim aos negócios. Do outro lado, as grandes empresas, eficientes e com grandes desejos de entrar com maior facilidade no mercado comum europeu, lutavam pelo “sim”.

No ano de 1994, o país, fora da UE, havia crescido 5,1%, segundo maior crescimento do PIB de um país Europeu naquele ano, atrás apenas da Irlanda. O desemprego estava em 5,4% e a inflação, muito baixa (próximo de 1,5%). A Balança Comercial também era superavitária mesmo fora da União Europeia, graças, principalmente, às exportações de petróleo e gás, que compunham mais de 40% da pauta de exportações. Todos esses dados refletem uma situação econômica extremamente confortável, com crescimento, exportações e desemprego comparativamente muito atrativos em relação ao resto da Europa. Não havia, dessa forma, argumento econômico que convencesse a população de que a entrada na UE seria benéfica.

O resultado do referendo foi de 52,2%⁸ em favor do “não” e 47,8% em favor do “sim”, mostrando a grande divisão da sociedade, mas sem surpresas. A maior diferença estava na participação. Como não possui voto obrigatório, a Noruega nunca antes havia

⁸ Fonte: MILES, Lee. *The European Union and The Nordic Countries*. Londres: Routledge, 1996.

visto uma votação com mais de 80% de participação. Principalmente na região norte, houve participação bem acima da normalmente registrada, o que mostra que o “não” era, na verdade, a resposta a um forte medo das regiões distantes da capital, mais fracas econômica e politicamente.⁹

Para efeitos de comparação entre os dois referendos (1972 e 1994), apenas uma região onde o “não” havia ganhado em 1972 votou com maioria para o “sim” em 1994. Há 19 regiões administrativas na Noruega. Excetuando-se a região que teve seu resultado de 1994 diferente do resultado de 1972, todas as outras regiões mantiveram seus resultados anteriores, sendo 14 em favor do “não” e apenas 6 onde o “sim” foi maioria. Vale frisar que todas as 6 regiões onde o “sim” foi maioria se localizam ao redor de Oslo, ou seja, na parte Sul do país, região mais industrializada e próxima da Europa, tanto cultural quanto geograficamente. A única região onde o “não” foi maioria, mas que viu um aumento no percentual de votantes em favor do “sim” (de 29,2% para 38,4%) é uma região onde se encontram grandes conglomerados exportadores de peixes.

Uma outra estatística interessante é a de que, quanto mais idoso fosse o votante, mais negativo era em relação à adesão, refletindo o medo de dominação que foi, um dia, ainda mais presente na sociedade norueguesa.

Conclusão

Concluindo o capítulo sobre a perspectiva norueguesa, podemos perceber que o referendo de 1994 nada mais foi do que uma continuação do referendo de 1972. Sem muito debate entre os dois referendos, novos argumentos não foram criados, e o padrão pareceu se repetir.

Talvez, no caso norueguês, o bloqueio à entrada se dê por quatro fatores: o primeiro é o resquício da repulsa à dominação (foi dominada por muito tempo pela Dinamarca e Suécia). Um segundo motivo foi o lobby feito por pescadores e agricultores, que viram nas políticas de livre comércio e na Política Agrícola Comum Européia uma ameaça aos seus meios de sobrevivência. Era o medo de que a adesão causasse grandes falências, em especial quando falamos sobre pequenas e médias empresas muito pouco eficientes quando comparadas às empresas da Europa

⁹ Vide anexo III

continental. Essa ineficiência se dá, em parte, pelo clima rigoroso no extremo Norte do país, algo que dificulta fortemente a agricultura e pesca na região. O terceiro motivo foi o lobby de noruegueses do extremo norte que não se sentiam representados por Oslo, quanto mais por Bruxelas. Os noruegueses tinham orgulho da sociedade que conseguiram criar, mesmo com os longos anos de dominação, então tinham medo de que uma subordinação a Bruxelas acabasse com essa sociedade e com seu modelo econômico de welfare state. A população do extremo norte rejeitava a adesão com mais força do que a população do sul queria o “sim”. O último motivo é o cenário econômico em que a Noruega se inseria naquele momento. Com uma economia dinâmica e em rápida expansão, não havia argumentos que fizessem a população optar por trocar o sucesso garantido pela possibilidade de fracasso.

Em 1972, a derrota causou um trauma e tornou o assunto um tabu na política norueguesa, enquanto em 1994 isso não foi tão doloroso assim. O governo trabalhista, pós-94, nem cogitou se retirar do poder por causa da derrota, algo que aconteceu em 1972. Além disso, pós-94, o governo passou a admitir publicamente que ações deveriam ser tomadas para que a Noruega se adaptasse à UE, mesmo que sem a adesão efetiva (o governo faz questão de afirmar que se não é a vontade do povo, não vai forçar o país a isso). O partido trabalhista (que ficou no poder depois de 94) quer atuar junto com a UE, por isso busca apoio para manter a continuidade das políticas de relacionamento com a EEA/EU. Isso permite boa relação (em todos os âmbitos econômicos e políticos) sem as obrigações da adesão completa.

Outro ponto relevante para a estabilidade política é o de que, em 1972, só existia uma alternativa ao “sim” no referendo. A primeira opção seria o “sim”, ou seja, a aderir à UE. A outra opção não era apenas um “não” à UE, pois esse “não” significaria, necessariamente, entrar em uma zona de livre comércio com a UE, apenas sem a cidadania. A partir do momento em que o “não” foi confirmado, só restava ao governo adotar a zona de livre comércio. Em 1994, era apenas “sim” ou “não” para a UE, o que permitiu que o “não” deixasse o futuro mais em aberto, mantendo o debate ativo até hoje e pondo um fim tabu.

Após o referendo de 1994 e com a consolidação da EEA, a Noruega passou a ter acesso ao livre mercado dos quatro grandes fatores (trabalho, capital, bens e serviços). Em 2001, entrou em vigor o acordo que permitia que todos os países Nórdicos pertencentes à União Nórdica de Passaportes (assinada em 1957 por Noruega, Suécia, Finlândia, Dinamarca e Islândia, permitindo que não haja qualquer tipo de barreira à

entrada, residência ou trabalho de qualquer cidadão de seus países membros em outro dos países membros) também participassem integralmente do Acordo Schengen. Com isso, qualquer tipo de barreira à entrada de mão-de-obra na Noruega também terminou. Somado à isso, o fato de a Noruega não precisar se submeter em sua totalidade às Políticas Comuns de Pesca e Agricultura da UE, além de poder decidir suas tarifas externas independentemente, fazem do modelo adotado a combinação aparentemente ideal de fatores para o país.

Em seu modelo de integração, as políticas da UE são adotadas também pela EEA apenas após revisão das políticas por parte da última, além de extensos debates que levam, muitas vezes, a alterações nos termos, de forma a favorecer os interesses dos países-membros da EEA. Isso torna as políticas econômicas muito mais flexíveis e coerentes para a realidade de cada um desses países e, em especial, a Noruega.

Aparentemente, estar fora da UE não trouxe muitos prejuízos a Noruega, mas deu ao povo grande parte dos benefícios da União, com a segurança de ser uma nação completamente independente. Como veremos no próximo capítulo, contudo, o modelo de integração norueguês também tem grandes defeitos. Não poder participar tão ativamente de alguns processos decisórios que afetarão diretamente o futuro do país é um dos pontos fracos do modelo que, agora, analisaremos mais detalhadamente.

4. O EEA Agreement¹⁰

Tema central do presente estudo, a relação da Noruega com a União Européia não se traduziu em adesão. Contudo, como é tradição na política nórdica e, principalmente, na política norueguesa, as relações políticas nos mais altos graus são usualmente substituídas por uma série de fortes relações nos níveis mais baixos da economia. Não apenas compartilhando interesses em uma série de temas, a EFTA (da qual a Noruega é país-membro) e a União Européia firmaram o chamado “*EEA Agreement*”, que consolida, em forma de acordo, uma série de direitos e obrigações dos países pertencentes ao recém-criado Espaço Econômico Europeu.

Como veremos ao longo deste capítulo, o acordo trouxe grandes benefícios, mas também algumas obrigações para a Noruega sem, contudo, exigir o cumprimento de alguns pontos-chave de discordância entre os blocos.

O modo como foi arquitetado o acordo é fundamental para entendermos como funciona o modelo norueguês de integração com a União Européia, como se alcançou isso e quais vantagens o país pôde obter em contraponto com o que obteria em caso de uma adesão completa.

Peça-chave da política moderna da Noruega, o acordo é constantemente debatido entre todos os níveis de governo do país. Ao final do ano de 2012, o governo norueguês, com o auxílio de especialistas, elaborou um “*White Paper*” chamado “*Outside and Inside: Norway’s agreements with the European Union*” para o *Storting* (parlamento) com suas visões, tendo-se passado mais de uma década de vigência do acordo, acerca do tema.

“Both Europe as a whole and the EU are currently in a process of rapid change. The situation is characterized by financial turbulence and political and social unrest. Norway is not a member of the EU, but is affected both directly and indirectly by developments in Europe. The level of stability and welfare in our neighbouring European countries has considerable influence on Norwegian politics, the economy and social development. (...) While some believe the union is about to fall apart, others believe that it will be reinforced and intensified. At present, it is not possible to say who

¹⁰ A fonte dos dados deste capítulo é o site www.eu-norway.org, exceto quando devidamente notificado.

is right. But whichever way it goes, Norway will be affected.”¹¹

“Today, Norway’s relations with the EU are governed by a number of agreements. The largest and most important of these is the EEA Agreement, which at the time it was signed – in 1992 – was the most extensive and comprehensive agreement Norway had ever entered into. Since then, it has been further developed. And it has ended up affecting far more sectors of society than most people envisaged 20 years ago. In addition, Norway has entered into a number of other agreements with the EU over the years, for example on border controls, police cooperation, immigration, foreign, security and defence policy, regional policy, agriculture and fisheries. The list is a long one.”¹²

Assim, iremos agora abordar cada um dos principais aspectos dessa integração.

O Petróleo e a Noruega

Podemos dizer que a história moderna norueguesa se divide em duas partes: pré e pós exploração petrolífera. No ano de 1969, na região conhecida como Ekofisk, a companhia “Phillips Petroleum Company Norway” encontrou, pela primeira vez, poços de petróleo no país. Em 15 de Junho de 1971, começava a exploração do produto.

A exploração do petróleo revolucionou as formas como o governo e a sociedade norueguesa se financiavam. Não apenas permitindo uma arrecadação temporária gigantesca, essa atividade, somada à um planejamento muito bem arquitetado pelo governo norueguês, permitiu a consolidação do modelo norueguês de desenvolvimento de longo prazo.

Duas implicações de longo prazo nos mostram a importância do petróleo para a economia norueguesa e sua relação com a UE: primeiramente, como veremos no decorrer deste trabalho, a Noruega é o único país Nórdico ainda capaz de sustentar, com responsabilidade, seu sistema de Welfare State, e isso se dá graças à renda proveniente da extração desse produto. A segunda implicação é que a dependência, por parte da UE, do petróleo e gás noruegueses deram à esse país um enorme poder de barganha frente

¹¹ Fonte: Outside and Inside: Norway’s agreements with the European Union

¹² Fonte: Outside and Inside: Norway’s agreements with the European Union

aos vizinhos continentais. Dessa forma, o caso extremamente particular desse país o permite negociar e obter concessões muito benéficas aos seus interesses nacionais. Esse é um dos principais motivos do sucesso de seu modelo de integração com a União Européia, tornando-o extremamente particular e, conseqüentemente, de difícil replicação em outros países.

Porém, o petróleo é um recurso escasso. Se, por um lado, é justamente dessa característica que advém sua enorme importância econômica e geopolítica, por outro, isso significa que se esgotará um dia. A grande inovação norueguesa em sua relação com o petróleo é que, diferentemente de outros países produtores, ela se adiantou à escassez e planejou a sua exploração para que pudesse resultar em benefícios de longo prazo para o país e sua sociedade.

Dessa forma, a principal medida tomada pelo governo foi a criação do chamado “*Government Pension Fund Global*”.

Government Pension Fund Global¹³

Antecipando uma queda na produção de petróleo, as autoridades norueguesas deram início a uma série de debates sobre como prolongar os benefícios da extração de petróleo mesmo após o esgotamento dos poços do país, além de manter os recursos e usos sempre transparentes para a população. Não apenas isso, uma população cada vez mais idosa seria obrigatoriamente mais onerosa para a política fiscal norueguesa.

Dessa forma, o fundo foi criado para dar à política fiscal espaço para acomodação nos casos de:

- Uma queda abrupta nos preços do petróleo
- Queda na produção de petróleo
- Economia contrair excessivamente
- Previdência se tornar muito onerosa

No ano de 1990, o parlamento norueguês aprovou a criação do “*Government Pension Fund Global*” (antes de 2006 era chamado “*Fundo Petrolífero da Noruega*”).

O fundo é parte integrante do orçamento anual do país e é composto por todas as receitas do governo provenientes do petróleo, mais o saldo das transações financeiras

¹³ Fonte: Banco Central Norueguês

relacionadas ao petróleo e o saldo do montante necessário para equalizar o déficit do governo não-relacionado com o petróleo.

Assim, o fundo está completamente integrado com a política fiscal norueguesa, não sendo apenas um fundo que absorve os benefícios do petróleo, mas todo o superávit da economia incluindo o advindo do setor petrolífero.

Algo muito interessante é que a política fiscal é baseada na idéia de que, ao longo do tempo, ela deve ser igual ao retorno real do fundo, esperado em 4%. Assim, o orçamento é feito pensando em se manter, responsavelmente, o deficit dentro dos 4%, o que permite a manutenção do fundo e de seus benefícios por um longo período, já se protendendo de eventual inflação. Desde 2001 essa regra está oficialmente estabelecida.

O “*Government Pension Fund Global*” não possui, apesar do nome, nenhuma obrigação previdenciária. O nome apenas reflete que possíveis futuros gastos com a previdência estão sendo contemplados quando se estrutura a sua gestão. Não existe, contudo, nenhum tipo de disposição legal sobre quando o fundo começará a ser usado para auxiliar nesse tipo de despesas.

O fundo é gerido pelo Banco Central em nome do Ministério das Finanças, que possui o fundo em nome do povo norueguês. O Ministério das Finanças, por sua vez, decide a estratégia de investimento do fundo, guiado por conselhos do Banco Central e debates do Parlamento.

O dinheiro do fundo é investido no exterior, de modo a evitar o sobreaquecimento da economia e flutuações do câmbio, além de buscar a diversificação do portfolio, com investimentos em equities, renda fixa e real estate. Aproximadamente 60% (sessenta por cento) do fundo é alocado em renda fixa e 40% (quarenta por cento) em renda variável. O portfolio de renda variável é, por sua vez, dividido em 50% (cinquenta por cento) investidos em mercados europeus e 50% (cinquenta por cento) investidos em mercados das Américas, Ásia e Oceania. No que se refere à renda fixa, 55% (cinquenta e cinco por cento) são investidos na Europa, 35% (trinta e cinco por cento) nas Américas e 10% (dez por cento) nos países da Oceania e Ásia.

Para se avaliar o desempenho do fundo, o Ministério das Finanças desenvolveu um benchmark teórico, composto por uma ponderação de índices dos países nos quais o fundo pode investir. Existe, da mesma forma, um limite para desvios em relação ao índice teórico, de forma a minimizar os riscos a serem tomados pelo fundo.

Dados da Indústria Petrolífera e de Gás da Noruega

Atualmente, a indústria de petróleo é uma das mais relevantes indústrias da Noruega. Existem 51 (cinquenta e um) poços ativos de extração de petróleo e gás no país. De todo o petróleo já descoberto, acredita-se que 40% (quarenta por cento) ainda possa ser extraído. Até hoje, cerca de 20.000.000.000 (vinte bilhões) de barris de petróleo já foram extraídos e estima-se que ainda exista o equivalente a 7.300.000.000 (sete bilhões e trezentos milhões) de barris de petróleo a serem descobertos.

A indústria petrolífera emprega aproximadamente 80.000 (oitenta mil) pessoas na Noruega e 47% (Quarenta e sete por cento) das exportações norueguesas são compostas pelo petróleo e seus derivados. Atualmente, a Noruega é o terceiro maior exportador de petróleo do mundo.

É esperado que as exportações de Gás, por sua vez, aumentem de cerca de 100 (cem) Bilhões scm para cerca de 130 (cento e trinta) Bilhões scm ao longo da próxima década. A exportação de gás norueguesa para a UE representa aproximadamente 20% (vinte por cento) do consumo total de gás da UE. Se considerarmos apenas os maiores consumidores (Alemanha, Reino Unido, França, República Tcheca e Bélgica) esse número alcança mais de 30% (trinta por cento) do consumo de gás desses países. Esses dados nos mostram a relevância da participação energética da Noruega no cenário europeu, o que se reflete em um grande poder de negociação com esses países.

O Setor Energético

A Noruega é integrante do mercado interno de energia da UE por meio da EEA, como disposto no *EEA Agreement*. Além de participar do Mercado interno, a Noruega também coopera com a UE em diversas questões de política energética. A integração do setor energético norueguês com os países Nórdicos se dá por meio de avançadas conexões que permitem um intercâmbio energético extremamente eficiente entre os países.

A produção de energia elétrica na Noruega é quase totalmente limpa e renovável, com 99% (noventa e nove por cento) da sua fonte sendo composta por hidrelétricas. Isso contribui não apenas para a integração energética com a UE, mas também com a integração das políticas de meio-ambiente por meio da EEA. A busca pelo uso consciente da energia é tão presente no país que, no ano de 2001, foi criada

uma nova empresa chamada Enova SF, cujo principal objetivo é promover a reestruturação do consumo e geração de energia, tornando-os mais sustentáveis.

Economia e Política Monetária

“In economic terms, 1992–2011 was a very good period for Norway. GDP for mainland Norway increased by 60 %, employment rose by around 25 %, and unemployment fell from nearly 6 % in 1993 to 2.4 % in 2011. Norwegians’ purchasing power also increased substantially and the welfare state was further developed during this period. There are many reasons for the upswing in the Norwegian economy, not least Norway’s oil and gas activities, and its association with the EU is only one of many factors and difficult to measure in isolation. However, the EEA Agreement has provided a stable and relatively predictable framework for almost all aspects of Norway’s economic relations with the EU member states, which together constitute Norway’s most important economic partner by far.”¹⁴

Talvez o assunto mais polêmico sobre a relação da Noruega com a União Européia seja o da Economia. A Noruega, por meio do “*EEA Agreement*”, não tem nenhuma forma de obrigação com a UE, seja ela em termos de política fiscal ou monetária. De todo modo, como mais de 70% (setenta por cento) das exportações da Noruega são destinadas para a UE e o comércio exterior no país representa aproximadamente a metade do seu PIB, podemos dizer, sem dúvidas, que o sucesso da UE é imprescindível para o sucesso econômico da Noruega.

Já discorreremos sobre os limites da política Fiscal e o benefício da renda do petróleo na seção “*Government Pension Fund Global*”. Vamos, portanto, falar brevemente sobre questões de política monetária na Noruega.

As principais bases para a atuação da política monetária e econômica da Noruega estão dispostas no chamado “*Relatório No. 29*” (2000-2001). Onde: A política econômica deve promover a estabilidade, evitando flutuações cíclicas; A política econômica deve contribuir para o uso eficiente de recursos, seja no setor público ou no setor privado; A política Monetária deve ser conduzida pelo Norges Bank (Banco Central) e tem como objetivo a manutenção da inflação estável e em níveis baixos.

¹⁴ Fonte: *Outside and Inside: Norway’s agreements with the European Union*

No que se refere ao mandato do Banco Central, além de ter como objetivo o controle da inflação, ele deve mantê-la próximo da meta de 2,5% a.a. (dois e meio por cento ao ano), com desvio do centro da meta de, no máximo, 1 (um) ponto percentual, para cima ou para baixo.

Assim, é de grande interesse para a Noruega que a economia europeia se desenvolva de forma contínua e prolongada. A política fiscal e monetária do país são conduzidas de forma independente, mas o contato com a cúpula da União Europeia para coordenar esforços é constante e essencial.

Políticas Regionais de Integração da UE¹⁵

Um dos grandes problemas da União Europeia é a diferença social, cultural e econômica entre os países membros. Para tentar superar ou, ao menos, amenizar esse problema, uma série de iniciativas foram criadas para integrar os países-membros em diferentes níveis.

A participação nessa integração regional por parte da Noruega não consta no acordo da EEA. Contudo, por iniciativa própria, a Noruega opta, desde 1996, por participar dos programas de cooperação inter-regional desenvolvidos pela UE conhecidos como INTERREG.

Nesse programa, a Noruega participa em condições praticamente iguais a todos os Estados-membros da UE, não tendo nenhum prejuízo por estar fora dela. O programa INTERREG é financiado, pelo lado da EU, pela ERDF – European Regional Development Fund (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional) e, no que se refere à Noruega, pelo Ministério de Governo Local e Desenvolvimento Regional, além de financiamento pelos próprios governos locais e regionais e por entidades privadas. A fase mais atual do programa conta com 7,8 Bilhões de Euros em financiamento (a preços de 2006). Anualmente, a Noruega contribui com cerca de 25 Milhões de Euros para o programa INTERREG.

O INTERREG é um programa de integração que tem como objetivo atuar com os países em todos os níveis, por meio de networking, intercâmbio e troca de informações que permitam que as diferenças sejam reduzidas ao longo de todo território Europeu. O último programa, chamado INTERREG IV (em curso de 2007 até 2013.)

¹⁵ Fonte: www.interreg4c.eu

tem como objetivo dar apoio às áreas de inovação, tecnologia do conhecimento, meio-ambiente e prevenção de riscos. Seu maiores objetivos de médio prazo são permitir a modernização econômica e a competitividade dos países-membros.

As atividades do programa incluem seminários, *workshops* temáticos, conferências, pesquisas e visitas de estudos que permitem tirar conclusões e pensar soluções sobre os problemas locais e regionais. Dessas atividades, são tiradas coleções de estudos de caso, recomendações de políticas públicas, planos de ação e *guidelines* para a atuação futura em todas as esferas.

O programa se divide em três esferas:

- Cooperação Cross-Border
- Cooperação Transnacional
- Cooperação Inter-regional

Onde a Cooperação Cross-Border é aquela formada entre países que tenham fronteira entre si. Essa primeira esfera é a que obteve maior sucesso e que recebe a maior parte dos financiamentos (aproximadamente 5,6 Bilhões de Euros, 74% do total). Nessa esfera, a Noruega possui programas com a Finlândia, Suécia e Dinamarca.

A Cooperação Transnacional cobre regiões maiores, como a região do Mediterrâneo, a região dos países Bálticos etc. Ela existe para integrar grandes regiões com problemas similares, mas que não sejam necessariamente comuns a todos os países-membros da UE (mais alguns participantes como a Noruega). Nessa esfera, a Noruega participa dos programas do Mar Báltico, do Mar do Norte e da Periferia Nórdica.

A Cooperação Inter-regional, por sua vez, inclui todos os países-membros da UE, além de alguns países participantes em alguns programas, como a Noruega, Suíça e Liechtenstein. Nessa esfera, a Noruega também participa de programas como ESPON e Interact.

Como apresentado na introdução, o modelo de política Nórdico acaba por permitir grande integração nos níveis mais baixos da economia. Essa integração com a União Européia é de extrema relevância para o desenvolvimento dos laços culturais e econômicos entre esses países, mesmo sem a necessidade de uma maior integração política. É um ótimo exemplo de política agradável ao modelo nórdico de integração.

Meio-ambiente

“1. Action by the Contracting Parties relating to the environment shall have the following objectives:

- (a) to preserve, protect and improve the quality of the environment;*
- (b) to contribute towards protecting human health;*
- (c) to ensure a prudent and rational utilization of natural resources.*

2. Action by the Contracting Parties relating to the environment shall be based on the principles that preventive action should be taken, that environmental damage should as a priority be rectified at source, and that the polluter should pay. Environmental protection requirements shall be a component of the Contracting Parties' other policies.” -Extrato do EEA Agreement – Parte IV, Capítulo 3

A Noruega adota quase a totalidade das políticas e leis de Meio-ambiente da UE. Nesse contexto, a Noruega participa ativamente dos debates para o desenvolvimento dessas políticas no âmbito da UE.

O chamado anexo XX do *EEA Agreement* dispõe mais detalhadamente acerca das políticas de meio-ambiente, sendo composto por mais de 250 disposições. O papel norueguês nesse debate é de extrema relevância, participando com especialistas em diversos comitês e grupos de estudos acerca do tema nas instituições europeias e nos ministérios noruegueses. As instituições da UE estão em contato bastante próximo com as autoridades do Ministério do Meio-ambiente e a Agência de Clima e Poluição da Noruega, sendo o último um órgão de reconhecimento internacional.

Políticas Empresariais

O “*EEA Agreement*” não dispõe diretamente sobre políticas empresariais, não sendo, portanto, obrigação legal da Noruega participar de programas relacionados ao tema. O que ocorre, contudo, é que a Noruega participa de programas ligados à Inovação e Competitividade, como o *Competitiveness and Innovation Framework Programme (CIP)*, um grande programa que visa estimular o intercâmbio de idéias e práticas empreendedoras entre pequenas e médias empresas. Nesse tema, a Noruega

ainda financia alguns especialistas para que participem das discussões relacionadas ao tema na Comissão Europeia.

No que se refere às políticas empresariais, a Noruega parece, então, ter o benefício de participar de alguns temas, sem o ônus de se comprometer. Como veremos mais à frente no presente estudo, a inovação e o empreendedorismo são temas relevantes na reformulação do Modelo Nórdico. Dessa forma, a participação da Noruega nesse programa parece trazer algum benefício prático.

Defesa e Segurança¹⁶

Um dos grandes temas que sempre acompanharam as decisões políticas e geopolíticas da Noruega, seja em sua relação com a União Europeia ou em sua relação com qualquer Estado, é a defesa nacional. Como já vimos neste trabalho, um dos maiores temores noruegueses é a dominação territorial, fato advindo da dominação histórica sob os impérios da Dinamarca e Suécia, em diferentes períodos.

A Segurança e Defesa não estão diretamente tratadas no “*EEA Agreement*”, mas tratados independentes foram estabelecidos de forma a garantir uma maior integração das forças de segurança entre a UE e a Noruega.

Dessa forma, como Estado-membro da OTAN e forte aliado da UE por meio da EEA, a Noruega trata como grande prioridade o alinhamento de interesses da Organização do Tratado do Atlântico Norte e da União Europeia. E essa aproximação entre as duas entidades está cada vez mais profunda, permitindo que países europeus não-membros da UE, mas membros da OTAN (Noruega, Bulgária, Romênia, Islândia e Turquia) participem do esforço de integração de segurança em caso de eventual conflito interno ou internacional.

Quando nos referimos à defesa e segurança, no entanto, não nos referimos apenas à participação de tropas, mas também ao intercâmbio de informações secretas entre as altas cúpulas dos Estados, tanto no nível prático, quanto no nível estratégico. A relação entre as duas entidades tem como objetivo ser completamente transparente, integrada e de constante consulta de ambas as partes, de modo a permitir uma ação conjunta extremamente eficiente.

¹⁶ Fonte: www.europarl.europa.eu

O principal marco da relação das duas instituições é o chamado “*Berlin Plus*”, um conjunto de acordos firmados entre a União Europeia e a OTAN no dia 16 de Dezembro de 2002. Ele se baseia em conversas iniciadas no Encontro da OTAN em Washington (1999) e nas conclusões do Conselho Europeu de Nice (2000). Nele, as principais diretrizes de atuação foram oficializadas.

A relação OTAN-UE para segurança compreende uma associação estratégica aprofundada, cujo principal objetivo é o de estudar a melhor maneira de responder a crises, além de atuar de forma rápida e coerente em qualquer tipo de conflito. Além disso, como prevê o intercâmbio de informações secretas, um Acordo de Segurança da Informação foi também firmado pelas partes, de modo a garantir a unificação das formas de tratamento e segurança das informações repassadas.

No que se refere à resolução de conflitos, o acordo prevê 2 (dois) pontos principais. Primeiramente, a UE poderá se utilizar do planejamento estratégico da OTAN, onde os traços iniciais das estratégias serão desenhados para se verificar a viabilidade da operação. Em um segundo momento, a UE poderá demandar a utilização do comando e/ou artefatos da OTAN para serem utilizados nas operações.

Assim, o alinhamento de OTAN e UE é de extrema relevância para a estabilidade das relações Noruega-União Europeia. A certeza de estar protegida não apenas pela aliança com os membros da OTAN, mas também pela aliança com todos os membros da UE, dá à Noruega mais um dos maiores benefícios da adesão, mesmo não sendo um Estado-membro da União Europeia.

O estabelecimento dessa relação de defesa foi e é um grande trunfo na forma como o modelo norueguês de integração acabou por se estabelecer.

Transportes

“Article 50

- 1. In the case of transport within the territory of the Contracting Parties, there shall be no discrimination which takes the form of carriers charging different rates and imposing different conditions for the carriage of the same goods over the same transport links on grounds of the country of origin or of destination of the goods in question.” – EEA Agreement – Parte III – Capítulo 6 - Artigo 50*

A Noruega aceitou, por meio do “*EEA Agreement*”, as mesmas obrigações legais que qualquer país-membro da UE, além de ser um participante pleno do mercado interno Europeu nesse tema.

Talvez mais do que qualquer outro Estado Europeu, a Noruega é um país de enormes distâncias e distribuição espacial extremamente complexa devido à sua geografia. Por isso, o desenvolvimento dos transportes, além do investimento em pesquisas para que se torne cada vez mais eficiente e de maior alcance, é um dos grandes interesses noruegueses.

E esse grande interesse é comum aos outros países da União Europeia. Tão desafiador quanto para a Noruega, o transporte na UE tem como objetivo integrar eficientemente todo o território, buscando soluções limpas e rápidas. Essa congruência de interesses nos transportes permite que a relação Noruega-UE ganhe muito com o seu estabelecimento de curto, médio e longo prazo.

Como um dos pilares do “*EEA Agreement*”, a livre circulação de pessoas e bens é fundamentalmente baseada em um transporte de qualidade. Nada mais coerente, então, que UE e Noruega se submetam às mesmas regras e cooperem para alcançar melhores resultados no setor. Essa cooperação é benéfica para ambos, sendo vital para o sucesso do projeto da UE e da própria EEA.

No ano de 2009, a Comissão Europeia divulgou uma lista com os principais avanços e desafios das políticas destinadas para o setor em todo o continente europeu, como podemos ver no extrato abaixo:

- *“European transport policy has helped to provide an efficient mobility system to EU people and businesses. It now has the task of ensuring that this mobility can be sustained in the future.*
- *Environmental sustainability, ageing, migration, fossil fuel scarcity, urbanisation, and globalisation are key tendencies in our society and will pose challenges to our system of mobility.*
- *Accelerating the introduction of innovative technologies and the full integration of the different transport modes is crucial to meeting those challenges. This in a context in which transport users and employees, with their needs and rights, are always kept at the centre of policy making.*
- *It is important to advance the external projection of European Transport Policy, as a way to ensure further integration with the neighbouring countries and the promotion of Europe’s economic and environmental interests in the global*

context.”¹⁷

Comunicação

Assim como os transportes, a comunicação também possui papel fundamental na integração, sendo, dessa forma, tema essencial para o desenvolvimento de sólida relação entre os países da EEA. Não apenas isso, a alta complexidade dos sistemas de informação e computação exigem uma atuação conjunta para evitar a criminalidade digital, além de assegurar a segurança de informações secretas. Da mesma forma como no tema dos transportes, a Noruega também possui, no que se refere à comunicação, os mesmos direitos e obrigações de todos os países-membros da União Européia.

Algumas das principais prioridades do assunto se referem a: integração cada vez mais profunda dos sistemas de comunicação, de forma a reduzir drasticamente os custos com ligações intra-EEA, mesmo que entre diferentes países; aumento da competitividade entre empresas de telecomunicação com o objetivo de tornar o mercado mais eficiente; segurança das informações; proteção contra crimes digitais; unificação do sistema de correios.

Competição

“The aim of this Agreement of association is to promote a continuous and balanced strengthening of trade and economic relations between the Contracting Parties with equal conditions of competition, and the respect of the same rules, with a view to creating a homogeneous European Economic Area, hereinafter referred to as the EEA.”
– *EEA Agreement – Parte I - Artigo 1*

Como podemos observar pelo extrato acima, o primeiro artigo do “*EEA Agreement*” declara que todas as partes contratantes terão as mesmas condições de competição. Assim, todo e qualquer país compete em condição de igualdade dentro do Espaço Econômico Europeu, independentemente de seu tamanho ou poder econômico, Estado-membro da UE ou não.

¹⁷ Fonte: www.eu-norway.org

“The following shall be prohibited as incompatible with the functioning of this Agreement: all agreements between undertakings, decisions by associations of undertakings and concerted practices which may affect trade between Contracting Parties and which have as their object or effect the prevention, restriction or distortion of competition within the territory covered by this Agreement, and in particular those which:

- (a) directly or indirectly fix purchase or selling prices or any other trading conditions;*
- (b) limit or control production, markets, technical development, or investment;*
- (c) share markets or sources of supply;*
- (d) apply dissimilar conditions to equivalent transactions with other trading parties, thereby placing them at a competitive disadvantage;*
- (e) make the conclusion of contracts subject to acceptance by the other parties of supplementary obligations which, by their nature or according to commercial usage, have no connection with the subject of such contracts” . .” – EEA Agreement – Parte IV – Capítulo 1 – Artigo 53*

No que se refere ao ambiente empresarial, o “*EEA Agreement*” estabelece que todas as regras se aplicam de maneira uniforme na totalidade do território dos países-membros da EEA. O artigo veta terminantemente práticas como *Cartel*, *Trust* e *Dumping*.

Mais importante do que as regras de competição em si, é importante frisar que o estabelecimento dessas regras permite que a Noruega participe de forma completamente igualitária no Mercado interno Europeu, não sofrendo qualquer tipo de restrição por não ser um Estado-membro da UE. Além disso, a submissão às leis europeias permite que a Noruega e todos os outros Estados da EEA participem ativamente de sua elaboração e legislação, dando grandes poderes de opinião para esses países. Não apenas em uma posição passiva, a Noruega se encontra em posição ativa de argumentação e influência nas políticas internas do Espaço Econômico.

Pesca

A indústria da pesca é uma das indústrias mais relevantes para os noruegueses. Assim, as discussões sobre esse tema foram extremamente delicadas ao longo das

negociações do “*EEA Agreement*”, sendo esse um excelente exemplo de um benefício adquirido em consequência da não-adesão à UE.

Não apenas uma das indústrias mais lucrativas do país, a pesca representa também uma questão de cultura e integração para a Noruega. Essa atividade é tradicional e lucrativa o suficiente para sustentar diversas comunidades litorâneas que vivem em regiões extremamente inóspitas do país. Não apenas um interesse econômico, a preservação dos interesses noruegueses nesse campo foi essencial para a aceitação do acordo pela população.

A pesca emprega diretamente, entre a pesca efetiva e a indústria de processamento, cerca de 40.000 (quarenta mil) pessoas na Noruega, aproximadamente a metade dos empregados no setor petrolífero. O país é um dos maiores produtores de peixe do mundo, produzindo mais 3,5 milhões de toneladas por ano. O setor compõe o terceiro maior grupo de commodities da pauta de exportações do país, destinadas a mais de 150 (cento e cinquenta) países. Apenas o Mercado da UE absorve 60% (sessenta por cento) dessas exportações norueguesas. Esses dados mostram o quão relevante é o setor para a população e o país, social e economicamente.

O “*EEA Agreement*” não cobre a administração dos recursos de pesca na Noruega. Isso significa que o acordo não têm poder de interferência sobre políticas ou instrumentos de monitoramento e regulação da atividade. O acordo cobre, porém, a livre circulação dessas mercadorias por todo o território europeu, garantindo livre entrada para o seu maior Mercado consumidor do produto.

Dessa forma, o acordo foi muito benéfico para o setor de pesca do país. Não apenas permanecendo livre para se auto-regulamentar, o país também obteve o livre acesso, sem qualquer tipo de taxa de importação, desse produto por todo o território europeu.

Política Agrícola

Se a Noruega tem uma vocação natural para a pesca, não podemos dizer o mesmo da agricultura. Um país de clima muito frio e condições, no mínimo, não recomendadas para a prática agrícola fazem com que subsídios e auxílios do governo se tornem necessários para a continuidade da prática.

Da mesma forma que a pesca, a política agrícola entrou na pauta de discussões do “*EEA Agreement*” como um assunto extremamente delicado. Também base de

sobrevivência para alguns grupos do país, a agricultura não poderia se submeter às mesmas regras que todos os outros produtos, algo que poderia, inclusive, comprometer a viabilidade do acordo.

A agricultura é, então, um dos poucos produtos que não são completamente livres para circular em todo o território europeu, sofrendo taxas em sua importações e exportações, com o objetivo de proteger o frágil, porém persistente, setor. Para tentar amenizar as barreiras ao longo dos anos, ficou decidido que um encontro bienal seria feito para debater sobre a possibilidade de pequenas alterações sobre o tema. Sobre isso, o Artigo 19 do Protocolo 3 do “*EEA Agreement*” declara que:

“(the Contracting Parties shall) continue their efforts with a view to achieving progressive liberalisation of agricultural trade”

Tema bastante polêmico, a Política Agrícola Norueguesa (PAN) não possui praticamente nenhuma ligação formal com a Política Agrícola Comum (PAC) da União Européia. No âmbito internacional, tanto a Noruega quanto a União Européia trabalham juntas para que o modelo agrícola baseado em auxílios do governo (comum às duas, mesmo que organizado de maneiras distintas) seja aceito pela Organização Mundial do Comércio.

Política Comercial

“It is the goal of EFTA's third-country policy to safeguard the economic interests of its Member States, to support and reinforce the process of European and interregional integration, and to contribute to worldwide efforts to liberalise trade and investment. Combining the contractual framework that the EFTA States have with the European Union and the free trade agreements that EFTA has with third countries, approximately 80% of EFTA's total merchandise trade is today covered by preferential trade arrangements.”¹⁸

¹⁸ Fonte: www.efta.int

Pelo “*EEA Agreement*” a Noruega passa a fazer parte do mercado interno europeu. Contudo, a EEA não é uma União Aduaneira e sua política comercial com países de fora da própria EEA não são reguladas pelo acordo.

A título de informação, o comércio exterior da Noruega corresponde a, aproximadamente, metade do PIB do país, sendo 75% destinados a ou oriundos da União Européia. Assim, decisões de política comercial são de grande relevância para o país que, apesar de ter uma economia bastante aberta, possui ainda algumas indústrias bastante frágeis e suscetíveis à forte concorrência do mercado internacional.

As decisões de política comercial da Noruega são tomadas em conjunto com a EFTA apenas. No início dos anos 90, a política comercial do bloco era feita de modo a espelhar as políticas comerciais da União Européia. A partir do ano de 1995, porém, a política da EFTA se tornou mais independente e atualmente ela possui 24 Acordos de Livre Comércio que abrangem 33 países.

Políticas Sociais e Leis Trabalhistas

Por ser um membro da EEA a Noruega é parte integrante do Mercado de Trabalho Europeu. As regras relacionadas à isso implicam livre circulação dos trabalhadores, reconhecimento dos diplomas em todos os territórios, seguro social, seguro no trabalho, leis trabalhistas e igualdade de direitos entre homens e mulheres.

Vamos começar, então, pelas regras de seguro social. De acordo com o “*EEA Agreement*”, nenhum trabalhador que tenha contribuído com o seguro social em um país-membro deve sofrer qualquer tipo de prejuízo ao se mudar para outro país da EEA. Isso não implica, contudo, que as regras de seguridade social devam ser necessariamente as mesmas em todos os países.

No que se refere ao Mercado de Trabalho, mais um ponto delicado. Por ser participante do Mercado de Trabalho Europeu, a Noruega se submete às mesmas regras de qualquer país-membro da UE. Dessa forma, o país não pode restringir o acesso de qualquer trabalhador ao seu mercado interno. Isso tem grandes implicações para o país, uma vez que precisa garantir que essa entrada de mão-de-obra não gere tensões sociais em seu território, além de garantir boas condições de trabalho para qualquer imigrante que se estabeleça com esse fim. A UE estabeleceu uma série de objetivos para seus países-membros baseada no “*Title of Employment*” do Tratado de Amsterdam. Entre esses objetivos, estão definidas diretrizes às quais todos os países devem convergir de

modo a padronizar ao máximo e unificar de forma mais consistente seus mercados de trabalho.

A “Estratégia Européia para 2020”, documento emitido pela UE, determina que, até o ano de 2020 a taxa de emprego para homens e mulheres entre 20 e 64 anos fique acima de 75% nos países europeus. Essa determinação tem como principal objetivo garantir o ambiente econômico necessário para sustentar o pesado sistema social de *Welfare State* europeu. Após a crise de 2008, contudo, esse objetivo se tornou mais complicado, obrigando a UE a emitir uma nota que estabelecia quatro pontos-chave para alcançá-lo. São eles:

1. Melhor funcionamento dos Mercados de Trabalho;
2. Mão-de-obra mais qualificada;
3. Melhor qualidade do trabalho e das condições de trabalho;
4. Políticas mais fortes para criação de vagas de trabalho e demanda por emprego.

No que se refere à igualdade de oportunidades entre todos os trabalhadores, o Artigo 69 do capítulo 1, Parte V diz:

“1. Each Contracting Party shall ensure and maintain the application of the principle that men and women should receive equal pay for equal work.

For the purposes of this Article, ‘pay’ means the ordinary basic or minimum wage or salary and any other consideration, whether in cash or in kind, which the worker receives, directly or indirectly, in respect of his employment from his employer.

Equal pay without discrimination based on sex means:

- (a) That pay for the same work at piece rates shall be calculated on the basis of the same unit of measurement.*
- (b) That pay for work at time rates shall be the same for the same job.”*

É interessante frisar que, em Janeiro de 2003, a Corte do EFTA declarou que a Noruega falhou em suas obrigações de manter a igualdade de gênero quando permitiu a reserva de um número determinado de postos de emprego acadêmicos exclusivamente para mulheres.

Podemos concluir então que, apesar de ser um assunto bastante delicado, especialmente em países com sistemas de seguridade e estabilidade social muito bem consolidados, as políticas sociais e leis trabalhistas são compartilhadas por todos os membros da EEA, sem distinção.

Justiça e Assuntos Internos

Um dos assuntos mais debatidos e atuais acerca da integração Européia, seja ela com a EFTA ou sem ela, é a unificação de diversas práticas legais e de assuntos internos de cada país-membro.

O Acordo de Schengen, criado em 1995 (a Noruega assinou apenas no ano 2000) e absorvido como parte integrante da legislação européia com o Tratado de Amsterdam, em 1999, acaba com todo e qualquer controle de fronteira entre seus países participantes. Com isso, regras precisaram ser estabelecidas de forma a padronizar as regras de controle de fronteiras e emissão de visa para países não participantes do Acordo. Além desses controles, o acordo também estabelece uma base de dados comum de pessoas procuradas pela polícia, além de diversas outras formas de cooperação legal.

Vamos, agora abordar, de forma bastante breve, alguns dos temas relacionados à Justiça e Assuntos Internos comuns à Noruega e UE por meio do Acordo de Schengen ou por meio de acordos posteriores específicos sobre os respectivos temas.

No que se refere ao Direito Penal e Processual, ficou estabelecido uma série de regras quanto a transparência de informações, assistência mutual em casos criminais, regras para extradição de criminosos e o chamado “*Prüm-decision*” (acesso integrado de todos os países à uma base de dados com DNA, impressões digitais, dados de veículos, entre outras informações instantâneas). Algumas outras regras estabelecidas pela UE não são aplicáveis à Noruega por não terem sido tratadas diretamente na forma de acordos específicos, como padronização de penas em certos tipos de crime, mas servem como base para futuros acordos entre o país e o bloco.

Em relação aos órgãos criados para tornar efetivas as decisões legais, a Noruega participa da Europol (polícia européia), Eurojust (Espécie de Ministério Público Europeu) e Frontex (agência de controle de fronteiras).

Algumas regras relacionadas ao Direito Civil norueguês estão em processo de integração com a União Européia. Internamente, a UE já conseguiu atingir níveis

consideráveis de reconhecimento mútuo de leis entre os países, além de regras para a escolha da lei mais aplicável para cada caso. Apesar de não possuir ainda muitos laços nesse tema com a UE, algum avanço foi alcançado com a Convenção de Lugano de 2007. Cabe, porém, ainda ao Ministério da Justiça da Noruega a maior parte das leis e regras referentes ao Direito Contratual, Direito Empresarial, Direito de Propriedade Intelectual, entre alguns outros.

Conclusão:

Terminamos, assim, a análise setorial de integração da Noruega com a União Européia. Podemos dizer que o modelo de integração do país com a UE não a torna completamente subordinada às políticas européias, mas traz consigo alguns problemas. Se, por um lado, o modo como foi arquitetado permitiu à Noruega usufruir de muitos benefícios da UE, sem o onus da adesão, ele também deixou o país em situação meramente passiva em relação a algumas políticas implementadas e contratualmente adotadas pela Noruega.

Com isso, queremos dizer que o acordo abre as portas da livre circulação de pessoas, bens e capitais, extremamente benéficos para a economia aberta da Noruega. Ao mesmo tempo, permite que o país não se submeta a políticas delicadas internamente, como a política agrícola, de pesca ou a União Monetária, algo que confere maior estabilidade econômica e institucional. Isso tudo só foi possível pois a Noruega tem, além de um longo bom relacionamento com os países da região e uma integração profunda com os vizinhos Nórdicos, recursos que são de grande interesse para a UE. Não apenas o peso político de um país extremamente desenvolvido, sustentável e pertencente à OTAN, a Noruega fornece petróleo e gás, insumos essenciais para o desenvolvimento europeu.

Por outro lado, duas desvantagens se mostram evidentes logo em uma primeira interpretação: a dependência econômica e a subordinação a algumas políticas sobre as quais não tem poder legislativo. Vamos começar pela dependência econômica. É preciso que frisemos que esse ponto existiria mesmo sem a assinatura do acordo, porém em um nível menos profundo. A Noruega, por ter grande parte das suas exportações, importações, relações econômicas e mesmo investimentos do “*Government Pension Fund Global*” relacionados diretamente com a Europa, é extremamente dependente do sucesso dela. Não apenas isso, a abertura de fronteiras e facilidade de movimentação de

peças pode levar a desequilíbrios sociais consequentes de imigração descontrolada advinda dos países periféricos no caso de uma crise. É claro que essa dependência se mostraria benéfica em casos de prosperidade, mas mantém um caráter de dependência excessiva. No que se refere às políticas sobre as quais não tem poder de legislar, a Noruega se comprometeu, como vimos ao longo do capítulo, com a adoção de políticas internas da UE. Por mais que muitas vezes tenha o poder de aconselhar ou até mesmo votar sobre esses assuntos, não tem controle absoluto sobre os resultados, uma vez que é apenas mais um dos países a votar sobre o tema, podendo perder a votação. A subordinação é uma característica da adesão muitas vezes indesejada.

Concluimos, em resumo, que o modelo Norueguês confere muitas vantagens e algumas desvantagens. Porém, se trata de um caso particular graças à importância política e econômica desse país para o continente, sendo de difícil replicação em outros países.

5. O Novo Modelo Nórdico - Perspectivas

Neste último capítulo, abordaremos as perspectivas Nórdicas e o novo modelo que está em processo de formação nesses países. Apesar de um processo razoavelmente generalizado nessa região, a menor dimensão dessas reformas na Noruega pode ser explicada pelos retornos do petróleo que permitem, se não impedir, ao menos suavizar a transição para um novo e renovado modelo de desenvolvimento. A União Europeia e a própria Noruega provavelmente prestarão mais atenção, nos anos futuros, nesse novo modelo para basear novas reformas de suas economias.

Nos anos 90, os países nórdicos se viram em uma situação de estagnação econômica. O modelo nórdico clássico, onde o Estado era o grande controlador e planejador da economia se esgotava. Um Estado muito inchado, políticas públicas não mais sustentáveis, uma globalização acelerada e a diversidade populacional crescente demandaram uma revisão do modelo de desenvolvimento, especialmente na Suécia, Finlândia e Dinamarca¹⁹.

O Estado no modelo de desenvolvimento nórdico clássico se ramificava por todas as áreas da economia e, para isso, dependia de um pequeno número de gigantescas empresas estatais, além de altos impostos, para financiar esse controle. Isso resulta em dois grandes problemas. O primeiro, relativo aos altos impostos, é uma redução do poder de compra da população. Quando um país tem uma taxa de impostos que consome quase 80% da renda da população, como era o caso da Suécia no início dos anos 80, a capacidade de compra, além da capacidade de escolha de como e onde alocar seu consumo, fica extremamente reduzida. O segundo problema é que a competitividade das mais dinâmicas economias globais acabava por tornar as enormes empresas estatais nórdicas em empresas não-produtivas. Essa não produtividade entrou em um processo de aprofundamento, algo que, inevitavelmente, resultaria no engessamento do modelo nos anos futuros.

No que se refere a políticas públicas, o modelo de aposentadoria, por exemplo, sempre foi uma grande preocupação. Com qualidade de vida crescente e um sistema de saúde desenvolvido, a população envelhecia cada dia mais, consequência da taxa de mortalidade em queda. Com isso, o sistema previdenciário se inchou, tornando-se

¹⁹ A Noruega, como vimos ao longo do trabalho e veremos ainda neste capítulo, manteve seu antigo modelo de desenvolvimento mais conservado graças aos retornos do petróleo.

insustentável. A Suécia, grande precursora das mudanças do modelo nórdico, alterou em 1998 seu modelo previdenciário de um modelo baseado nos benefícios de aposentadoria para um modelo baseado na contribuição de cada indivíduo.

O último motivo, diversidade populacional, é consequência do grande sucesso do Welfare-State Nórdico ao longo dos anos 50, 60 e 70. Grandes ondas de imigração, problema até hoje muito debatido e polêmico nesses países, passaram a acontecer, introduzindo grandes levas de uma população com outros costumes e cultura, algo que ameaçava a tranqüilidade do modelo de consenso, baseado em uma população muito homogênea. Por outro lado, as grandes levas de imigrantes traziam maior produtividade a países, como já dito anteriormente, cada vez mais improdutivos.

Os três principais geradores dessa mudança de modelo foram gerados, em grande parte, pela maior integração com a União Européia. E esse é um dos motivos-chave para entender a grande polêmica que envolve essa integração. Se, ao mesmo tempo, a abertura comercial, econômica e de movimentação populacional gera ou intensifica os três grandes problemas citados, baixa produtividade, super-endividamento e problemas de imigração, respectivamente, a integração força a modernização desse sistema nórdico, algo imprescindível para a sua sobrevivência.

Não é por acaso que as grandes reformas do modelo tiveram início no período de maior abertura para a União Européia, os anos 90. É por isso que o entendimento dessa relação é essencial para a compreensão mais importante, a da evolução do sistema econômico desses países. A crise na Dinamarca se deu no início dos anos 80, um pouco antes da crise dos outros países Nórdicos. A finlandesa se deu com o desmantelamento do seu maior mercado consumidor, a comunista União Soviética. E as crises sueca e norueguesa se deram, também, no início dos anos 90.

Ao mesmo tempo que é a única forma de fazer sobreviver o modelo, a reforma abre novas frentes de modernização na qual todos os países da União Européia podem se espelhar. Mais uma vez, os países Nórdicos estão se adiantando em direção ao futuro, se mantendo na dianteira da renovação européia. Dentro do grupo Nórdico, a Suécia desponta como grande precursora de modernizações, com os outros países seguindo um pouco mais lentamente.

Nesse processo, esses países começam a lidar com problemas que os outros países, em seu devido tempo, têm ou terão que lidar também. As grandes reformas bancárias e fiscais feitas no início dos anos 90, por exemplo, evitaram um colapso durante a crise de 2010. Redução do tamanho do Estado, reestruturação das contas

públicas de forma a sair de déficits para superávits, redução da carga tributária de indivíduos e empresas foram algumas reformas feitas pelos países Nórdicos (em especial pela Suécia) nos anos 90. Essas mesmas reformas estão sendo feitas agora por outros países europeus em sua tentativa de reestabilização fiscal, bancária e monetária pós-crise.

O Novo Modelo nórdico que está em curso deve ser observado, então, com muita atenção. Ele tem suas bases pautadas, agora, na escolha e no individualismo, e não mais no paternalismo e planejamento de uma sociedade de consenso.

Como exposto no artigo especial da revista “The Economist” da primeira semana de Abril de 2012, não é suficiente alcançar o nível dinamarquês (expressão para alto nível de desenvolvimento social e econômico), deve-se conseguir se manter lá, adaptando um modelo inovador à sua própria realidade.

“Thirty years ago Margaret Thatcher turned Britain into the world’s leading centre of “thinking the unthinkable”. Today that distinction has passed to Sweden.” – The Economist – Volume 406, página 3 da Reportagem Especial “The Next Supermodel”.

O Novo Welfare State

Os países Nórdicos continuam tendo um Welfare State muito desenvolvido. As duas grandes mudanças desses países nas duas últimas décadas tem sido, antes de tudo, a redução dos gastos públicos e uma abertura à novas ideias.

Primeiro, como já abordado anteriormente, o novo modelo preza pela austeridade se comparado com o modelo antigo. A Suécia e Dinamarca, por exemplo, reformaram seus modelos de políticas sociais por meio de medidas como o aumento da idade para aposentadoria, mudança de um modelo de benefícios para um modelo de contribuição e a redução do tempo de pagamento de salários-desemprego.

O segundo ponto, ainda a ser abordado, é a abertura a novas ideias, algo realmente revolucionário para alguns setores da economia. No caso das escolas, por exemplo, a Suécia passou de um modelo em que obrigava que as crianças frequentassem as escolas locais para um modelo onde é permitido que empresas criem suas próprias escolas, sem nenhum custo para a população. Essa mudança agora se

reflete em quase 50%²⁰ dos alunos freqüentando escolas particulares. Na Dinamarca, algo ainda mais inovador foi introduzido, onde o governo permite que os pais coloquem suas crianças em escolas particulares sem custo, desde que o custo que o governo terá que arcar para pagar a mensalidade dessas escolas seja igual ao custo que ele teria que pagar caso a criança fosse para uma escola pública. Caso a escola particular tenha um custo superior, os pais pagam apenas a diferença entre o que o governo se dispõe a pagar e o total da mensalidade da escola.

No mercado de trabalho, a Dinamarca também capitaneou um processo inovador, onde não é mais tão difícil demitir um funcionário, mas é muito simples para esse funcionário demitido conseguir apoio estatal para o período em que está a procura de novo emprego. Com isso, o gasto com empregados não é mais tão oneroso para empresas que optam por abrir suas filiais no país. Isso torna as empresas muito mais eficientes, sem, no entanto, abrir mão do paternalismo do welfare-state. O auxílio ao desempregado não é apenas financeiro, mas passa também por um direcionamento na hora de conseguir outro emprego.

As novas políticas dos Estados passam por uma maior participação do setor privado na economia. Muitas empresas privadas podem concorrer agora com empresas públicas pelo fornecimento de serviços públicos. Não apenas produção do que era produzido pelo Estado, mas soluções privadas inovadoras para problemas que antes eram solucionados de forma menos eficiente pelo Estado.

Nesse ponto, é válido fazermos um adendo quanto à Noruega. Com uma enorme particularidade, a de ser o oitavo maior exportador de petróleo do mundo, a Noruega mantém seu Welfare State mais estatal do que seus vizinhos nórdicos. Baseados na renda do petróleo, a Noruega ainda mantém suas grandes empresas estatais e benefícios sociais, sendo, talvez, a sociedade nórdica mais conservadora. Mesmo assim, a Noruega não está ficando para trás. Apesar de um Estado grande e custoso, o fundo soberano para os ganhos com petróleo é a aposta do governo para sustentar um futuro pós-petróleo com menores percalços. Uma transição mais suave não significa a manutenção do antigo modelo, mas irá, provavelmente, distoar dos outros países nórdicos ao longo do processo de modernização. O pioneirismo sueco, contudo, possivelmente dará as diretrizes de modernização econômica para futuras reformas no vizinho norueguês.

²⁰ Fonte: The Economist: Volume 406, Número 8821

Imigração e Desigualdade Social

Apesar de não necessariamente assuntos correlacionados em todos os países do mundo, esses dois temas estão intimamente ligados nos países Nórdicos, não podendo ser abordados de forma separada.

A sociedade Nórdica sempre esteve entre as sociedades com menor índice de Gini do mundo. Isso é, em grande parte, conseqüência das políticas de welfare state desses países que acabaram por prezar pela redistribuição de renda pautada em altas cargas tributárias.

Mas o sucesso desse sistema, somado à instabilidade política de muitos países do mundo, fez com que uma grande leva de imigrantes, sejam eles qualificados, não qualificados ou mesmo refugiados de zonas de conflito, tentasse se instalar nos países Nórdicos.

Como já visto ao longo do presente estudo, a sociedade Nórdica, independente do país, é pautada em um sistema consensual. Esse sistema, além de ser base política da sociedade, é parte cultural formadora dessas sociedades, estando intimamente relacionados com a forma com a qual a população nórdica se vê diante do mundo.

Mas isso está mudando. A grande onda de entrada de imigrantes nesses países, principalmente de fora da União Européia, trouxe uma realidade muito pouco conhecida por esses países. Ao mesmo tempo que a política consensual, o trabalho também é base da sociedade Nórdica. Mas a dificuldade que esses imigrantes encontram para conseguir trabalho acabam fazendo com que eles se tornem beneficiários de um sistema para o qual não contribuem. Essa questão, muito complexa, acaba por estimular, principalmente nas classes mais altas, um princípio de sentimento de rejeição da distribuição de renda. Enquanto sociedade homogênea, a população Nórdica apoiava as políticas que tornavam todos praticamente iguais economicamente. Mas a partir do momento em que vêem que estão sustentando parcelas da população que são um peso econômico para o sistema, acabam desaprovando as mesmas políticas que, um dia, aprovaram.

E é por isso que a imigração e desigualdade social são ao mesmo tempo indissociáveis e extremamente polêmicos. O choque de culturas criou uma divisão nessas sociedades, gerando exclusão e, conseqüentemente, revoltas populares por parte dos excluídos. Algo muito observado nos dias atuais são os protestos nas ruas de

Estocolmo que, como capital Sueca, é uma das principais cidades que atraem imigrantes nos Nórdicos.

Uma sociedade mais desigual pode ser social e economicamente prejudicial. Ao mesmo tempo, na teoria econômica, vemos defesas de uma desigualdade eficiente, capaz de tornar a alocação de recursos mais economicamente útil para a economia. E é justamente por esse debate que o assunto não chegou à conclusão alguma, mesmo com as longas discussões. Devemos frisar que o preconceito nunca é benéfico, seja para qual sociedade for.

A presença de todos os Nórdicos no tratado Schengen contribui também para o aumento da imigração para esses países. Vale reforçar, contudo, que a imigração europeia não apresenta grande disparidade cultural para com a população desses países, algo que ameniza a rejeição à esse Tratado.

O que se observa, porém, é uma tendência marginal do aumento das desigualdades sociais entre pobres e ricos em todos os países Nórdicos. Dessa forma, o Novo modelo Nórdico deverá, cedo ou tarde, abordar esse problema. Com certeza um dos temas críticos para a próxima década, especialmente quando falamos em entrada de Turquia, Romênia ou Sérvia na UE, a imigração é um assunto polêmico e que ainda não encontrou uma solução que ao mesmo tempo seja compreensiva para com os imigrantes e não-prejudicial para o desenvolvimento social local.

A imigração, contudo, está trazendo para os países Nórdicos novos horizontes de exploração econômica da própria e de uma nova cultura que está se formando. E essa nova identidade que vem tanto das novas ondas culturais quanto do novo modelo, está levando os países por uma onda de inovação que será abordada no próximo tópico: Empresas e Inovação.

Empresas e a Inovação

As empresas Nórdicas são um bom exemplo da transição na qual a economia desses países está sofrendo. Suas empresas, gigantes internacionais como Nokia, Statoil, Ericsson, Volvo, H&M e IKEA, são, no geral, extremamente especializadas. E essa especialização as tornou, por muito tempo, imbatíveis em seus nichos.

Uma das grandes vantagens desses países é a sua população muito educada e qualificada. Essa mão de obra permitiu e permite o desenvolvimento de indústrias de ponta em tecnologia, seja ela qual for.

A grande abertura econômica que esses países têm é, por um lado, uma vantagem, mas uma desvantagem por outro. Essa abertura permite que as empresas não se restrinjam aos pequenos, porém ricos, mercados consumidores de seus países. Ao mesmo tempo, a globalização acabou levando grande competição para essas empresas que, algumas vezes ineficientes, não conseguiram resistir.

A alta carga tributária sobre empresas e a forte presença do Estado, resultado numa redução dos nichos possíveis para atuação fez com que, no passado, muitas empresas saíssem desses países em busca de mão de obra mais barata, carga tributária mais leve e mercado consumidor mais amplo.

No novo modelo Nórdico, como já apresentado, a redução relativa do governo e a participação muito mais ativa dos setores privados da sociedade, revelando inovações que, aliadas aos objetivos do governo, levam a novas ideias e soluções, está abrindo espaço para a criação de uma nova geração de capitalismo empresarial Nórdico.

Um grande problema, ainda por ser resolvido, é que as grandes empresas do passado continuam sendo as grandes empresas do presente. Enquanto a tradição é muito rica, a criação de novas empresas ainda não atingiu a força que tem em outros países, mas está em um bom caminho. O capitalismo Nórdico precisa se renovar, não por que suas empresas não são eficientes, mas por que as novas empresas, criadas em uma nova realidade mundial, são muito mais dinâmicas do que as tradicionais, além de esses países dependerem em demasia das gigantes tradicionais. O novo e o antigo precisam coexistir para que a inovação e eficiência voltem a competir em igual nível com os outros concorrentes do mercado global.

Essa mudança, com um modelo com menos impostos, fiscal mais responsável e participação maior do setor privado está no caminho de se tornar o novo gerador de grandes e eficientes empresas no mercado mundial. Um exemplo disso, é o mercado de empreendedores. Esse mercado está em plena expansão nesses países, algo que sugere que, no futuro, os empreendimentos venham a se tornar empresas bem estabelecidas.

E essa diversificação via empreendimento é essencial. No ano 2000, por exemplo, 4%²¹ do PIB da Finlândia era composto apenas pela Nokia. Com a decadência dessa empresa, o país ficou extremamente exposto e viu a necessidade de diversificar suas atividades. Essa é uma nova forma de relacionar o Estado e as empresas. Não mais um Estado que impulsiona poucos gigantes, mas um Estado que estimula a criação por

²¹ Fonte: The Economist: Volume 406, Número 8821

meio de novas e dinâmicas empresas start-ups. A grande dificuldade, que ainda não foi completamente transpassada, é conseguir fazer com que essas start-ups se desenvolvam e estabeleçam no mercado de forma consistente. Um bom exemplo de start-up bem sucedida, que começa a aparecer com mais força no mercado, é a Rovio, criadora do conhecido jogo *Angry Birds*.

Desse novo modelo, surgiram agências de estímulo ao empreendedorismo. Não apenas estímulo, essas agências dão suporte técnico em todas as áreas, de modo a encontrar, financiar e ajudar boas ideias a se tornarem empresas. Essas agências não são financiadas exclusivamente pelo governo nem setor privado, mas sim uma união dos dois, garantindo estabilidade e eficiência a esse novo mercado. Mesmo na Noruega, onde o Estado ainda é o grande dono das gigantes empresas, também há programas de estímulo ao empreendedorismo, o que mostra que, mesmo com sua política mais conservadora, a Noruega também está se preparando e renovando para um modelo de capitalismo.

Podemos dizer que foi graças ao declínio dos gigantes Nórdicos que essa nova era de empreendedorismo dinâmico teve início.

Não apenas agências para estimular start-ups, a nova revolução empresarial Nórdica também conta com estímulos fiscais para que universidades se empenhem nesse sentido.

O novo modelo de empresas Nórdico estimula a inovação e as ideias. Não mais baseado exclusivamente nas suas gigantes, o investimento em pequenas e novas empresas é de longo prazo, gerando um enorme potencial econômico e recolocando esses países realmente como pioneiros do capitalismo global.

6. Conclusão

Tivemos, em um primeiro momento, uma visão da formação da cultura, política e economia Nórdicas, essencial para compreendermos as decisões atuais da Noruega em relação à União Européia. Como um país Nórdico, a Noruega compartilha laços muito fortes em todos esses aspectos com seus vizinhos, algo que os une histórica e politicamente. Nesse ponto, tínhamos países extremamente similares entre si, ou seja, quase perfeitamente comparáveis.

Em um segundo momento, pudemos observar como se deu, internamente, o processo de integração, seguido da análise setorial desse modelo adotado pelo país com a UE. Esse modelo de integração particular da Noruega já apresenta particularidades que não podemos encontrar nos vizinhos Nórdicos, como a produção de petróleo e características únicas de uma cultura moderna que aos poucos se diferenciava dos outros países. São essas particularidades que não apenas reagem à adesão completa, como permitem que seja criado um novo tipo de integração.

No último capítulo, vimos que o modelo Nórdico, comum aos quatro irmãos, está aos poucos se modificando. E, novamente, o petróleo aparece como divisor de águas entre esses países. Ao passo em que a Noruega mantém, no geral, níveis ainda altíssimos de dependência de seu welfare state, os outros países já começam a procurar alternativas de desenvolvimento para escapar das consequências da crise e do engessamento que o modelo antigo impunha.

Dessa forma, nossa primeira conclusão é que o petróleo permitiu à Noruega alcançar uma posição de destaque regional e global. Esse produto não apenas garantiu alguns anos de desenvolvimento para o país, como consolidou as bases para um planejamento de longo prazo. Não apenas a Europa, mas o mundo deve acompanhar de perto o modo como a Noruega se utiliza dos recursos do petróleo, para que isso possa servir de modelo para casos similares. Em particular, o Brasil poderia ver o caso norueguês como um modelo a se espelhar.

Além do desenvolvimento, o petróleo foi essencial para permitir que a Noruega, por meio da EFTA, alcançasse outra forma de integração com a União Européia. Esse outro modelo de integração permitiu, por sua vez, que questões não aceitas pela população pudessem ser retiradas do acordo, permanecendo em vigor apenas os pontos mais interessantes para o país. Nesse sentido, podemos reafirmar que é um modelo de difícil replicação para outros países, uma vez que condições muito particulares

norueguesas permitiram que esse modelo fosse criado.

Atualmente, a sociedade norueguesa se encontra aparentemente contente com a não adesão à UE. Entre o ano de 2002 e o ano de 2005, pesquisas²² de opinião mostraram que a população estaria possivelmente propensa a votar pelo “sim” caso um novo referendo fosse feito. A partir de 2005, no entanto, essa situação se inverteu, e atualmente 77% (setenta e sete por cento) da população votaria contra a adesão, segundo dados do “*Opinion*”, da Noruega. O anexo 1 apresenta o gráfico com esses dados.

A população e o governo, contudo, ainda parecem aprovar a forma como se deu a integração, mesmo que com ressalvas. Ao longo de 2 (dois) anos, um conjunto de especialistas elaborou um relatório onde chegaram a algumas importantes conclusões:

“The most problematic aspect of Norway’s form of association with the EU is the fact that Norway is in practice bound to adopt EU policies and rules on a broad range of issues without being a member and without voting rights. This raises democratic problems. Norway is not represented in decision-making processes that have direct consequences for Norway, and neither do we have any significant influence on them. Moreover, our form of association with the EU dampens political engagement and debate in Norway and makes it difficult to monitor the Government and hold it accountable in its European policy.

(...)Although the democratic problems are as great today as they were 20 years ago – and have in fact increased – this is a situation that the broad political majority has been willing to accept and that many have become accustomed to. Norway’s agreements with the EU are firmly established, both constitutionally and politically, through a large number of decisions of the Storting.”²³

Podemos ver que o modelo de integração norueguês foi e é criticado internamente, mas é amplamente respaldado pelas decisões legais do congresso. Concluimos, portanto, que o modelo, como qualquer outro, não é perfeito, mas permite muito mais modificações e adaptações às necessidades norueguesas do que a adesão completa permitiria. Assim, enquanto a União Européia tenta desenvolver uma forma de conciliar todos os interesses de seus países membros para encontrar uma solução em um momento de crise, a Noruega se encontra em uma posição privilegiada. Mesmo com as críticas que fizemos ao modelo, ele parece se encaixar bem com a forma de governo e

²² Fonte: *Opinion* (www.aardal.info.)

²³ Fonte: *Outside and Inside: Norway’s agreements with the European Union*

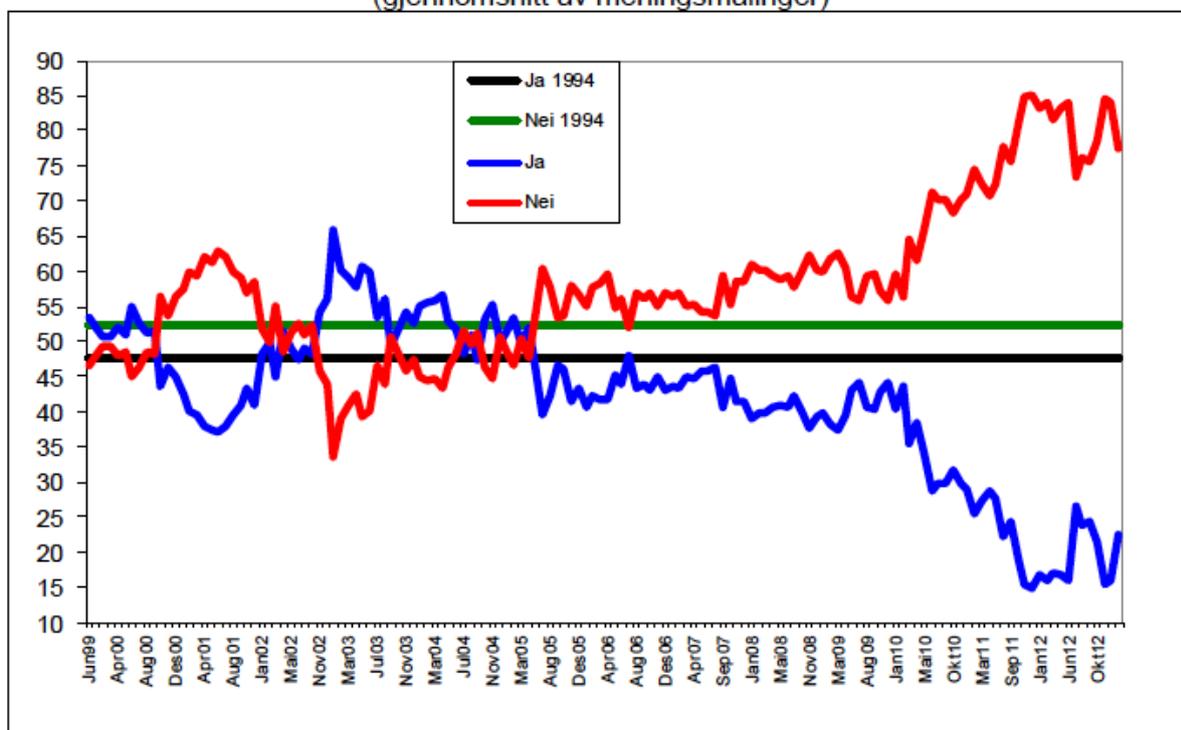
economia norueguesa.

Como última conclusão, podemos dizer que a Europa precisará, ao longo dos próximos anos, observar atentamente os acontecimentos desses países que são, historicamente, precursores da modernidade. As reformas realizadas muito antes da crise do Euro permitiram que esses países mantivessem sua saúde financeira, enquanto a Europa luta para sair da recessão a altíssimo custo. Da mesma forma, as reformas que já começam a ser feitas devem ser acompanhadas, pois trarão, certamente, benefícios de longo prazo para as economias nórdicas.

Anexos:

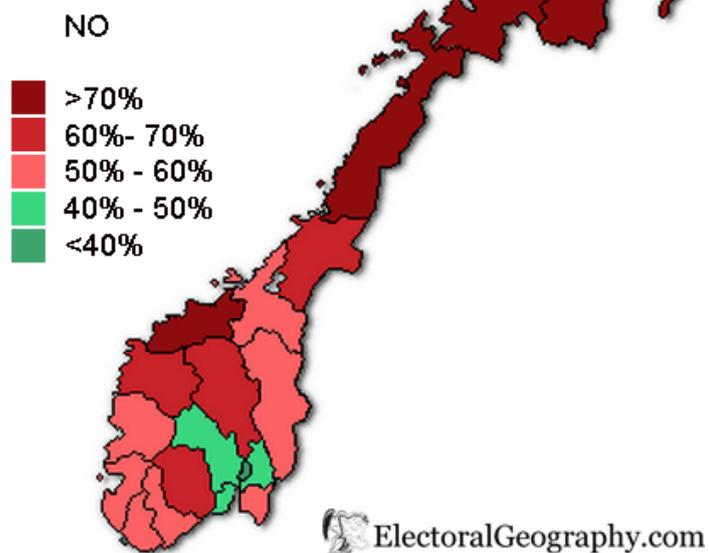
Anexo I: O anexo um é o gráfico que apresenta as opiniões de eleitores noruegueses sobre o voto no caso de um possível referendo sobre a adesão à UE. A linha azul representa o percentual de votos “sim” (“Ja” em norueguês) e a linha vermelha representa o percentual de votos “não” (“Nei” em norueguês). A linha verde representa, para efeitos de comparação, o percentual de votos pelo “não” no referendo de 1994, enquanto a linha preta representa o percentual de votos “sim” no referendo do mesmo ano. Os dados foram retirados do site www.aardal.info.

Opinionsutvikling juni 1999 – april 2013 (gjennomsnitt av meningsmålinger)

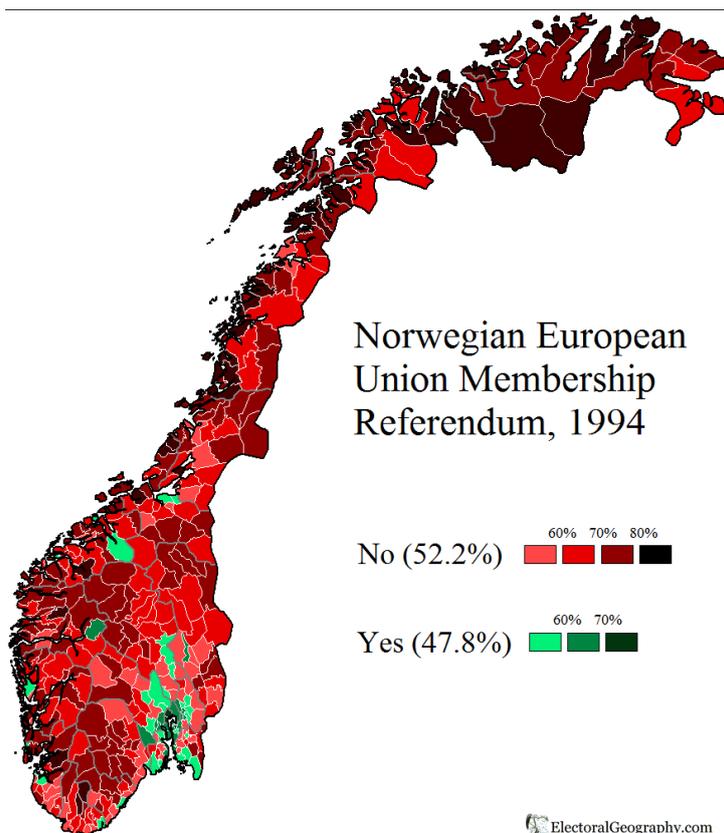


Anexo II: O anexo é o mapa da Noruega pintado de acordo com o resultado do referendo de 1972 sobre a adesão da Noruega à UE, onde a população das regiões em vermelho votou, em sua maioria, pelo Não e a população das regiões em verde votou, em sua maioria, pelo sim. Os dados foram retirados do site www.electoralgeography.com.

EC Referendum, 1972



Anexo III: O anexo é o mapa da Noruega pintado de acordo com o resultado do referendo de 1994 sobre a adesão da Noruega à UE, onde a população das regiões em vermelho votou, em sua maioria, pelo Não e a população das regiões em verde votou, em sua maioria, pelo sim. Os dados foram retirados do site www.electoralgeography.com.



Referências Bibliográficas:

- HANSEN, Lene e WÆVER, Ole. *European Integration and National Identity: The Challenge of the Nordic States*. Londres: Routledge, 2002.
- INGEBRITSEN, Christine. *The Nordic States and The European Unity*. Nova York: Cornell University Press, 1998.
- MILES, Lee. *The European Union and The Nordic Countries*. Londres: Routledge, 1996.
- BALDWIN, Richard e WYPLOSZ, Charles. *The Economics of European Integration*. 3a Edição. Berkshire: McGraw-Hill Higher Education, 2009.
- DE GRAUWE, Paul. *Economics of Monetary Union*. 5a Edição. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- *Official Norwegian Reports NOU: Outside and Inside: Norway's agreements with the European Union*, 2012.
- *EEA Agreement*, 1992
- *The Economist*: Edição 406, Número 8821
- www.nato.int
- www.eu-norway.org
- www.electoralgeography.com
- www.nato.int
- www.aardal.info

- www.europarl.europa.eu

- www.interreg4c.eu